

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Retórica e Economia:
O projeto retórico, as controvérsias e as
aplicações no Brasil**

CELSO EUGÊNIO BRETA FONTES
celsovo@gmail.com
matrícula n.º: 107385664

ORIENTADORA: Prof.^a Angela Ganem
aganem@terra.com.br

JANEIRO 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Retórica e Economia:
O projeto retórico, as controvérsias e as
aplicações no Brasil**

CELSO EUGÊNIO BRETA FONTES

celsovo@gmail.com

matrícula n.º.: 107385664

ORIENTADORA: Prof.^a Angela Ganem

aganem@terra.com.br

JANEIRO 2012

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

*Sobe no palco o cantor engajado Tom Zé,
que vai defender a classe operária,
salvar a classe operária
e cantar o que é bom para a classe operária.
Nenhum operário foi consultado
não há nenhum operário no palco
talvez nem mesmo na platéia,
mas Tom Zé sabe o que é bom para os operários.
Os operários que se calem,
que procurem seu lugar, com sua ignorância,
porque Tom Zé e seus amigos
estão falando do dia que virá
e na felicidade dos operários.
Se continuarem assim,
todos os operários vão ser demitidos,
talvez até presos,
porque ficam atrapalhando
Tom Zé e o seu público, que estão cuidando
do paraíso da classe operária.
Distante e bondoso, Deus cuida de suas ovelhas,
mesmo que elas não entendam seus desígnios.
E assim,, depois de determinar
qual é a política conveniente para a classe operária,
Tom Zé e o seu público se sentem reconfortados e
felizes
e com o sentimento de culpa aliviado.
Tom Zé (Classe Operária)*

*As idéias dos economistas e dos filósofos políticos,
estejam elas certas ou erradas, têm mais
importância do que geralmente se percebe. De fato,
o mundo é governado por pouco mais do que isso.
Os homens objetivos que se julgam livres de
qualquer influência intelectual são, em geral,
escravos de algum economista defunto. Os
insensatos, que ocupam posições de autoridade, que
ouvem vozes no ar, destilam seus arrebatamentos
inspirados em algum escriba acadêmico de certos
anos atrás.
J. M. Keynes ("Teoria Geral", Cap. 24-V)*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que me apoiaram durante a minha formação acadêmica. Inicialmente, agradeço a minha família por todo apoio e dedicação, além de toda formação. Agradeço a minha orientadora Angela Ganem pela ótima orientação na direção deste trabalho por esse mundo chamado retórica. Agradeço a todos os companheiros da Universidade, sejam pertencentes à economia sejam de outros cursos. Aqui, um agradecimento especial a: Felipe Reina (Bussunda); Thiago Barbosa (Jesus); Felipe dos Santos (Giba); Fábio Pontes; Thais Barbosa; Roberta Bruno; Luana Freitas; Pedro Américo; João Mello; Fábio França; Camilla Poppe; Lucas Maciel; Guilherme Lima; Thomas Willach. Ótimos companheiros de turma durante essa jornada. É claro, não posso esquecer a minha “segunda turma” que praticamente me adotou: Renato Brito Gomes; Rafael Zincone; Vinícius Cunha; Victor Guedes; Luís Berner; Rudrá; Helena; João Victor (Petit); Bernardo Motta; Marcos Lyra; Thiago (Amêndoa); Leonardo Soutelo; Filipe Leite; Pedro Lima. Aos outros companheiros das demais turmas: Gabriel Zelesco; Julia Bustamante; Carlos Takashi; Carla Curty; Leonardo Veiga; Katherine. Aos pertencentes dos outros cursos, isto é, comunicação: Camille Perissé; Elis de Aquino; Renata Melo. Aos amigos conhecidos pelas andanças por este país: Nelson Neto; Natalia Pedormo; e Rodolfo Buscarini. Um agradecimento especial aos meus amigos dos CEFET, muito importantes para esse momento da minha vida: Alessandro Areal (Chester); Marcos Oliveira (Guerreiro); Carlos Eduardo (Mancha); Jonathan (Manga); Reginaldo; Tropeço; Raffaella Cunha; Ana Clara; Magno. Um agradecimento a alguns professores que me ofereceram algumas das melhores aulas durante essa estada: Galeno Ferraz; Maria Malta; Marcelo Paixão; a minha orientadora; Franklin Serrano; Carlos Eduardo; Rolando Gárciga. Por fim, volto a minha família, mais especificamente, minha mãe, meu pai e minha irmãs, importantíssimos para tudo isso, agradeço a vocês.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar o “projeto retórico” através de três aspectos distintos. Apresento a retórica dos autores fundamentais (McCloskey e Perelman); o debate ocorrido no Brasil; e as principais pesquisas que utilizam a retórica como método. Cada capítulo se dedica a um desses pontos destacados. Assim, no capítulo 1, as contribuições de D. N. McCloskey e Chaïm Perelman são apresentadas; além disso, temos uma pequena apresentação do que seja o Positivismo e o Positivismo de Augusto Comte. No capítulo 2, é a vez de apresentar o debate ocorrido no Brasil com a presença de Leda Paulani, como a crítica, e de José Márcio e de Ramón Fernández (e de outros mais) como os defensores do “projeto retórico”. Nesse capítulo, a questão da verdade dos enunciados científicos aparece com toda a sua força. Já no terceiro capítulo, serão apresentados algumas das principais “análises retóricas” aplicadas à economia com o objetivo de traçar um panorama sobre o atual “estado das artes” do “projeto retórico”. Por fim, ressaltaremos as contribuições do referido projeto. Com isso, será traçada um panorama em suas diferentes formas do “projeto retórico” em terras brasileiras.

Palavras-chaves: “projeto retórico”; “análises retóricas”; Perelman; McCloskey; metodologia econômica; positivismo.

JEL: B41; Z11.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO I: A Retórica de Perelman e McCloskey.....	7
1.1 – O Positivismo.....	7
1.1.1 - O Positivismo de Comte.....	8
1.2 – A Nova Retórica de Chaim Perelman.....	10
1.3 - A retórica de McCloskey.....	13
CAPÍTULO II: Retórica e Economia: o debate no Brasil.....	16
2.1 – O debate: parte 1.....	16
2.1.1 – Críticas de Paulani: ideias sem lugar	16
2.1.2 – Críticos da crítica: as defesas da perspectiva retórica por Rego e por Fernández.....	19
2.1.2.1 – Críticas de Rego: um lugar para as ideias de McCloskey.....	19
2.1.2.2 – Críticas de Fernández: em defesa do “projeto retórico”.....	20
2.1.3 – A tréplica de Paulani.....	22
2.2 – O debate: parte 2.....	25
2.2.1 – Paulani: retórica e neoliberalismo.....	26
2.2.2 – A defesa de Rego, Gala e Fernandes: uma resposta pragmática.....	30
2.2.3 – A última resposta de Paulani: a aventura da crítica.....	33
CAPÍTULO III: O atual estado das artes.....	38
3.1 – A História do Pensamento Econômico como um caso aplicado de retórica.....	39
3.2 – Prebisch e seu discurso retórico.....	41
3.3 – As controvérsias no pensamento econômico através de uma perspectiva retórica.....	42
3.4 – O papel da retórica na Revolução Keynesiana.....	43
3.5 – Contribuições da retórica no debate metodológico.....	44
CONCLUSÃO.....	46
BIBLIOGRAFIA:.....	49

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo analisar o “projeto retórico” através de três aspectos distintos. Assim, será apresentada a retórica dos autores fundamentais (McCloskey e Perelman); o debate ocorrido no Brasil; e as principais pesquisas que utilizam a retórica como método.

O contexto em que a retórica é recuperada se caracteriza pela crise do positivismo (ou modernismo, conforme define McCloskey), em que se abre espaço para uma nova perspectiva metodológica. Nesse sentido, o projeto retórico aparece com o objetivo de preencher essa lacuna.

Dois trabalhos fundamentais representam esse desejo. São eles: *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica* de Chaïm Perelman inspirado na retórica aristotélica defende a Nova Retórica como um método superior ao Positivismo Lógico; e *A Retórica da Economia* de D. N. McCloskey em que o autor defende a retórica como método superior a metodologia modernista, muito próxima da visão metodológica de Friedman presente em seu livro *A Metodologia da Economia Positiva*, que atualmente é defendida (ao menos parcialmente) pela maioria dos economistas ortodoxos.

A primeira justificativa desse trabalho é apresentar uma metodologia que se contrapõe frontalmente a perspectiva dos positivistas, representados pelo Positivismo Lógico, pelos falsificacionistas e pela visão instrumentalista de Friedman de Economia Positiva.

A segunda justificativa está assentada na necessidade de se compreender as repercussões desse projeto retórico no Brasil. Para tal, serão estudados os debates reunidos no livro organizado por José Márcio Rego em que surgem as primeiras críticas sobre o projeto retórico e que repercutiram num novo debate publicado, posteriormente na Revista de Economia Política. Com isso, levantaremos os prós e os contras - os limites e as possibilidades – dessa nova metodologia. Será analisada, finalmente, a influência da retórica no Brasil através dos trabalhos publicados em congressos, revistas e afins.

A hipótese do presente trabalho é mostrar a influência do projeto retórico no campo da economia no Brasil através, dos debates e as controvérsias que esse projeto

provocou, além das aplicações da retórica em pesquisas na nossa área. O objetivo geral dessa monografia é analisar o “projeto retórico” e as contribuições de D. McCloskey e Chaim Perelman para a ciência (de forma mais geral) e, mais especificamente, para a economia. Já o objetivo específico desse trabalho será estudar as repercussões desse projeto no Brasil através de dois pontos: o primeiro ponto é o debate ocorrido após as críticas de Leda Paulani à retórica de McCloskey; já o segundo, é o estudo do atual “estado das artes” da retórica no Brasil, através da apresentação de trabalhos de economistas brasileiros que aplicam a retórica para autores, escolas de pensamento e controvérsias na economia.

A monografia está organizada por uma introdução, três capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo expõe o contexto no qual surge a retórica, isto é, a crise do Positivismo Lógico. Em seguida, apresenta as contribuições de Chaim Perelman e de D. N. McCloskey. No segundo capítulo, analisa os argumentos em defesa e os contrários da Retórica como método. No terceiro capítulo, será realizado um estudo sobre o atual “estado das artes” do “projeto retórico” no Brasil.

CAPÍTULO I: A Retórica de Perelman e McCloskey

No presente capítulo, será apresentada a retórica de Perelman e McCloskey e suas principais contribuições. Para tanto, consideramos que é necessário antes caracterizar o que é o Positivismo.

Assim, serão apresentada na seção 1.1 algumas das características do Positivismo, com uma síntese do pensamento de Augusto Comte. Posteriormente, será tratado a contribuição de Perelman com sua *Nova Retórica*; e, em seguida, as contribuições de McCloskey.

1.1 – O Positivismo

Uma das primeiras semelhanças do pensamento de McCloskey e Perelman são as suas críticas direcionadas ao Positivismo¹. Ambos criticam de distintas formas esse tipo de pensamento, o positivista. Adiante destacarei algumas de suas características.

O Positivismo Lógico, a forma atual do positivismo, de acordo com Meyer (2009), é caracterizado por dois elementos. Em primeiro lugar pelo fato de considerar que a ciência físico-matemática fornece o modelo ideal para a ciência, para a atividade linguística e para o raciocínio. Desta forma, a lógica fornece “o caminho para a fundamentação das teorias científicas, bem como para o afastamento do subjetivismo” (MARCONDES, 2001: 262).

Em segundo lugar, porque o Positivismo considera que “os juízos de valor não decorrentes da lógica – dos juízos ditos da verdade – mergulham, de forma inevitável, tanto o homem de ação quanto o filósofo preocupado com a justiça, no irracional” (MEYER, 2009). Sobre essa segunda característica; Perelman, insatisfeito com a afirmação da irracionalidade da aplicação do direito, trabalhará numa pesquisa da “lógica dos julgamentos de valor”, da qual nascerá a *Nova Retórica* (Coelho In: PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005: XIV).

Poderíamos afirmar que o Positivismo Lógico – que surge com o Circulo de

1 McCloskey (1985) realiza uma crítica ao que chama de Modernismo; porém, para o que nos interessa as características do Positivismo são suficiente para abarcar as críticas de McCloskey (1985).

Viena² no século XX –, reforça os fundamentos do positivismo comtiano: o primado da observação, o critério de demarcação entre ciência e metafísica e a eleição de um único método para todas as ciências. Entretanto, sua preocupação central é desenvolver uma lógica que dê conta das idéias positivistas de **Auguste Comte**. Nesse sentido, é que voltamos a ele para uma melhor compreensão dos fundamentos do Positivismo. Vejamos a seguir.

1.1.1 - O Positivismo de Comte

Nos parágrafos seguintes, será apresentada uma síntese do pensamento de Augusto Comte. Desde já, é necessário que esteja claro que a síntese exposta aqui não tem por objetivo abarcar todo pensamento de Comte. Busca-se expor as suas principais características, que nos ajudarão a compreender melhor o pensamento positivista e as críticas que foram realizadas por Perelman e McCloskey.

A primeira característica a ser exposta é a ideia que, segundo Comte, existem duas leis essenciais: a lei dos três estados e a classificação das ciências (ARON, 1990: 73-74).

Segundo Aron (idem: 73), a lei dos três estados afirma que o espírito humano haveria passado por três fases sucessivas. A primeira fase seria a *idade teológica* em que o homem explica os fenômenos ao atribuir suas causas a seres, ou forças, comparáveis ao próprio homem³. Já a segunda, seria a *idade metafísica* onde a causa deriva de entidades abstratas, como a natureza. Por fim, terceira fase seria a *idade positiva* em que o homem “renuncia a descobrir as causas dos fatos e se contenta em estabelecer as leis que os governam”.

Já a classificação das ciências estabelece a ordem em que a inteligência se torna positiva nos vários ramos das ciências. Assim, o Positivismo se impôs primeiro na matemática, na física e na química. E espera-se que ele apareça, posteriormente, nas disciplinas cujo objeto de estudo seja mais complexo, como a sociologia e a economia (ibidem: 74). Ou seja, o pensamento positivo possui um sentido em seu

2 No início do século passado, formou-se em Viena um núcleo de filósofos que, liderados por Moritz Schilck, desenvolveram uma lógica formal para as idéias positivistas de A. Comte. Eram membros, Carnap, Godel, Hahn, Menger, entre outros.

3 “Desencantar o mundo é destruir o anismo. Xenófanes zombava da multidão de deuses, porque eram iguais aos homens, que os produziram, em tudo aquilo que é contingente e mau” (ADORNO; HORKHEIMER, 1990: 20-21).

desenvolvimento: se expandindo das disciplinas mais simples para as mais complexas.

Segundo Aron (ibidem), a combinação dessas duas leis essenciais tem por objetivo provar a necessidade da expansão do pensamento positivo em direção à política. Assim, Augusto Comte passa à construção de uma ciência positiva da sociedade, a sociologia. Mais recentemente, em *A Lógica das Ciências Sociais*, Karl Popper, “principal herdeiro do positivismo lógico”, propõe a lógica situacional como método para as ciências sociais (MARCONDES, 2001: 262). Uma clara continuação do projeto *comtista*, isto é, buscar adaptar a forma de pensar das ciências exatas para as outras áreas do conhecimento humano como as ciências sociais e a política⁴.

A segunda característica a ser ressaltada é a prioridade da síntese sobre a análise. Augusto Comte, a partir da observação da biologia, compreende que as ciências deixam de ser analíticas para serem, necessárias e essencialmente, sintéticas (ARON, 1990: 74-75). Nesse sentido, a afirmação de Adorno é bastante instrutiva:

a lógica mais recente denuncia as palavras cunhadas pela linguagem como moedas falsas, que será melhor substituir por fichas neutras. O mundo torna-se o caos, e a *síntese*, a *salvação*. [...] No trajeto para a ciência moderna, os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela *regra* e pela *probabilidade* (ADORNO; HORKHEIMER, 1991: 21, grifo nosso).

Já a terceira característica, diz respeito a sua visão dogmática da ciência.

Segundo, Aron:

Tal como é concebida por Augusto Comte, a ciência não é uma aventura, uma busca incessante e indefinida, é uma fonte de *dogmas*. Augusto Comte quer eliminar os últimos traços do espírito teológicos mas, de certo modo, ele nasceu com algumas pretensões dos teólogos, no sentido caricatural do termo. Procura *verdades definitivas*, que não possam ser questionadas. Está convencido que o homem não foi feito para duvidar, mas para crer. [...] As leis estabelecidas pelos cientistas são, para Comte, comparáveis a dogmas; *devem ser aceitas de uma vez por todas*, e não perpetuamente questionadas. (ARON, 1990: 107)

Podemos compreender, a partir do exposto, que Augusto Comte busca verdades contingentes, para usarmos a nomenclatura de Perelman.

Em suma, podemos, agora, sistematizar o positivismo de Comte nessas três características: a universalidade e a necessidade do pensamento positivo em abarcar

⁴ Nesse sentido, Aron (1990: 78) afirma: “O método positivo, que alcançou êxito nas ciências da natureza inorgânica, deve ser estendido a todos os aspectos do pensamento. Ora, essa generalização do método positivo é evidente. Estaremos condenados, então, a reproduzir em sociologia, moral ou em política o método da matemática e da física? O que se pode dizer é que esse debate continua”.

todos os domínios do conhecimento; a prioridade da síntese sobre a análise; e, por fim, a busca de verdades contingentes.

Veremos, a seguir, como Perelman interpreta e responde a cada uma dessas características.

1.2 – A Nova Retórica de Chaim Perelman

Na presente seção, apresentaremos o pensamento de Chaïm Perelman e sua *Nova Retórica*.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005: 1) iniciam seu *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica* observando que durante os últimos três séculos “o estudo dos meios de prova utilizados para obter a adesão foi completamente descurados pelos lógicos e teóricos do conhecimento”. Buscam, então, as causas para o referido fato. Uma das causas apontadas foi a perda da equiparação, que havia na concepção aristotélica, entre os raciocínios dialéticos e os analíticos (Coelho In: PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005: I-II). Perelman e Olbrechts-Tyteca compreendem que isso ocorreu em função da própria natureza não coercitiva da argumentação:

A própria natureza da deliberação e da argumentação se opõe à necessidade e a evidência, pois não se delibera quando a solução é *necessária* e não se argumenta contra a *evidência*. O campo da argumentação é o do *verossímil*, do *plausível*, do *provável*, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 1, grifo nosso).

Voltando um pouco, podemos perceber, desde já, que Perelman se opõe a noção dogmática da ciência de Augusto Comte. Se Comte achava que a ciência devia buscar *verdades definitivas*, incontestáveis e contingentes; Perelman, ao contrário, não acredita nisso e quer trazer para o campo do racional aquilo que “nem a experiência, nem a dedução lógica podem fornecer-nos a solução de um problema” (idem: 3), ou seja, tudo aquilo que não é necessário e nem evidente.

Sobre o projeto positivista, particularmente, sobre o positivismo lógico, Perelman considera que obteve frutos notáveis, porém o resultado foi o reducionismo. Em suas próprias palavras:

A lógica teve um brilhante desenvolvimento durante os cem últimos anos, quando, deixando de repisar velhas fórmulas, propôs-se analisar os meios de prova efetivamente utilizados pelos matemáticos. A lógica formal moderna

constitui-se como o estudo dos meios de demonstração utilizados nas ciências matemáticas. Mas o resultado foi a limitação de seu campo, pois tudo quanto é ignorado pelos matemáticos é alheio à lógica formal. (ibidem: 11)

Em seguida, conclui:

Os lógicos devem completar a teoria da demonstração assim obtida com uma teoria da argumentação. Procuraremos construí-la analisando os meios de prova usados pelas ciências humanas, o direito e a filosofia; examinaremos argumentações apresentadas pelos publicitários em seus jornais, pelos políticos em seus discursos, pelos advogados em seus arrazoados, pelos juízes em suas sentenças, pelos filósofos em seus tratados (ibidem).

Temos, então, que Perelman e Olbrechts-Tyteca (ibidem: 3) buscam completar o trabalho dos lógicos com uma teoria da argumentação que trata do “estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. Nesse sentido, se estabelecerá a *Nova Retórica*, pois toda argumentação “*visa à adesão dos espíritos*”⁵ (ibidem, grifo dos autores).

Mais adiante, em *Os âmbitos da argumentação*, Perelman e Olbrechts-Tyteca começam a descrever os elementos que antecedem a argumentação. Para melhor caracterizar a argumentação, os autores a contrapõem à demonstração e, mais especificamente, à lógica formal. Segundo os autores:

Na lógica moderna, oriunda de uma reflexão sobre o raciocínio matemático, os sistemas formais já não são correlacionados com uma evidência racional qualquer. O lógico é livre para elaborar como lhe aprouver a linguagem artificial do sistema que constrói, para determinar os signos e combinações de signos que poderão ser utilizados. Cabe a ele decidir quais são os axiomas, ou seja, sem prova considerada válidas em seus sistemas, e dizer quais são as regras da transformação por ele introduzidas e que permitem deduzir, das expressões válidas, outras expressões igualmente válidas no sistema (ibidem: 11).

Nesse sentido, a afirmação de Adorno e Horkheimer (1991: 31), “a ciência em sua interpretação neopositivista torna-se esteticismo, sistema de signos desligados, destituídos de toda intenção transcendendo o sistema: ela se torna aquele jogo que os matemáticos há muito orgulhosamente declararam assunto deles”, é bastante pertinente.

Assim, a origem dos axiomas utilizados nesse sistema é uma questão alheia à lógica. O mesmo não se pode dizer da argumentação, pois para que haja argumentação é necessário que se haja uma comunidade dos espíritos, que se esteja de acordo com certas teses e com a importância de determinado assunto (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005: 16).

5 Ver também Meyer (2009).

Agora, gostaríamos ressaltar alguns elementos que estão presentes ao longo dessa primeira parte do livro, são eles: a persuasão, o convencimento e o auditório.

Perelman e Olbrechts-Tyteca distinguem a persuasão do convencimento. Eles se propõem a chamar “*persuasiva*” a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (idem: 31, grifos dos autores).

Já o auditório é caracterizado como o conjunto de pessoas a quem o orador, aquele que argumenta, deseja influenciar com sua argumentação (ibidem: 22). Por sua vez, existem três tipos de auditórios: o auditório universal; o auditório formado pelo único interlocutor a quem se dirige a argumentação num diálogo; e o auditório formado pelo próprio sujeito em suas deliberações íntimas ou em busca a causa de seus atos. Os dois últimos sempre podem ser considerados encarnações precárias do auditório universal, ou seja, eles podem ser auditórios particulares (ibidem: 33-34).

O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal, e o estudo dessas variações seria muito instrutivo, pois nos faria conhecer o que os homens consideraram, no decorrer da história, *real, verdadeiro e objetivamente válido* (ibidem: 37, grifo dos autores).

A argumentação que é dirigida ao auditório universal adquire “o privilégio filosófico confiado à razão, em virtude da qual a argumentação [...] foi amiúde assimilada a um discurso lógico” (ibidem: 34). A necessidade do auditório universal advém da heterogeneidade do auditório que o orador pretende influenciar (ibidem).

Toda argumentação que visa somente a um auditório particular oferece um inconveniente, o de que o orador, precisamente na medida em que se adapta ao modo de ver de seus ouvintes, arrisca-se a apoiar-se em teses que são estranhas, ou mesmo francamente opostas, ao que admitem outras pessoas que não aquelas que, naquele momento, ele se dirige (ibidem).

Logo, para não cair nesse inconveniente, o orador deve buscar argumentos com maior consenso possível e, no limite, argumentos que busquem o acordo do auditório universal (ibidem: 34-35).

Por fim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (ibidem: 69-70) argumentam contra o fanatismo e o cepticismo. Enquanto o primeiro não aceita a contestação de uma tese, a qual já aderiu, se não forem apresentadas provas incontestáveis em contrário; o segundo só adere a uma tese se forem apresentadas provas incontestáveis a favor. Em suma, o

que os iguala é a necessidade do coercitivo. Com isso, negam a conversação, a discussão e o envolvimento, deixando o espaço livre para a violência.

1.3 - A retórica de McCloskey

Nessa terceira parte, faremos uma síntese do pensamento D. N. McCloskey e suas principais contribuições da retórica articulada à economia.

No artigo *Retórica da Economia*, McCloskey (1996: 49) busca compreender como os economistas verdadeiramente conversam, não com o objetivo de atacar este campo e, sim, com o objetivo de amadurecê-lo. Nessa obra, a autora percebe que entre os economistas “tinha se desenvolvido uma atitude algo esquizofrênica: ao trabalharem efetivamente em sua ciência o faziam muito bem” (FERNÁNDEZ, PESSALI, 2008: 10) – esta atitude é caracterizada por McCloskey como a atitude *não oficial* dos economistas – porém, “ao tentarem justificar metodologicamente seu trabalho apoiavam-se numa perspectiva filosoficamente obsoleta que não era a que em realidade utilizavam” (idem: 10-1) – esta, por sua vez, é a atitude *oficial* dos economistas.

Segundo a autora, o referido discurso *oficial* dos economistas é caracterizado pelo o que chama de Modernismo. Baseado no crítico literário Wayne Both, McCloskey (1996: 52) afirma que, de forma preliminar, o modernismo é “a noção de que conhecemos unicamente o que não podemos pôr em dúvida e de que não podemos conhecer realmente aquilo que somente podemos sentir”. E continua, da seguinte maneira:

É a atitude de que o único conhecimento real é, na fala corrente, o “científico”, ou seja, o conhecimento contrastado mediante certos tipos de ceticismo rigoroso. Filosoficamente falando, o modernismo é o programa de Descartes, dominante na filosofia desde o século XVII, para construir o conhecimento sobre a base da dúvida radical. (idem: 52-3)

Em seguida, estabelece os dez mandamentos e a regra de ouro (o “garfo de ouro” de Hume) para o modernismo em economia e em outras ciências (ibidem: 54-5). Nesse sentido, Araújo e Bianchi (2005a: 6-7), em linha com Anuatti Neto (1994), separam essas onze máximas: em *pressupostos ontológicos* “que convergem para a possibilidade de verificar (ou falsear) proposições teóricas a partir de base empírica”; e em *pressupostos epistemológicos* do positivismo “que [...] centram-se na pretensão de

que regras metodológicas sejam capazes de fornecer critério de demarcação entre o científico e o não científico”.

Exposto isso, a autora promove diversas críticas ao Modernismo. Primeiramente, considera que o Modernismo é um mau método e sua filosofia está obsoleta, pois seus argumentos filosóficos não são convincentes (McCLOSKEY, 1996: 58). Aqui, Araújo e Bianchi (2005a: 7) afirmam que podemos falar da utilização de um “argumento de autoridade”, pois “os desenvolvimentos na metodologia da economia deveriam acompanhar aqueles observados na filosofia” e, para isso, McCloskey afirma que quem estava se apoiando em argumentos de autoridade eram os próprios economistas e metodólogos; assim, já que a filosofia havia superado o modernismo caberia a metodologia acompanhar esse movimento.

A segunda crítica é que o Modernismo “promete um conhecimento sem dúvidas, sem metafísica, sem moral e sem convicções pessoais” e é incapaz de proporcionar o que promete e “provavelmente não deva fazer” (McCLOSKEY, 1996: 59). McCloskey (idem: 60) afirma, por exemplo, que sobre a legislação do Modernismo a revolução keynesiana não haveria de existir.

A penúltima crítica realizada por McCloskey (ibidem: 62) é a seguinte: “a maior objeção que se pode fazer ao modernismo na economia é que sustenta uma metodologia limitada por regras”. A autora sustenta que os economistas, assim como sociólogos e historiadores fazem, deveriam buscar conhecer o que realmente se passa na ciência ao invés de ficar prescrevendo como a ciência econômica deveria evoluir; utilizando, assim, as regras Modernistas. Em suma, deveriam deixar de lado essa pulsão prescritiva e normativa do conhecimento e tomar uma atitude mais positiva de compreensão do próprio desenvolvimento da ciência. Neste ponto, a autora se aproxima da visão de Thomas Kuhn quando afirma que suas conclusões sobre o processo de evolução da ciência são derivadas não do que ele achava que deveria ser, quando era um estudante de física influenciado pelo pensamento dos metodólogos, mas sim da observação que ele faz da história da Física. A última crítica é que ele considera a metodologia Modernista burguesa. Sobre o trajeto final do artigo, Araújo e Bianchi (2005a: 8, grifo das autoras), afirmam:

Em sua reta final, o autor amplifica sua argumentação ao identificar na física e matemática movimentos em direção à retórica como melhor forma de estudar a produção de conhecimento, tendo em vista a própria natureza

retórica deste. Em outras palavras, não foi somente a filosofia enquanto disciplina genérica que se decepcionou com os postulados positivistas, mas também a própria *práxis* das ciências quantitativas teria revelado a insuficiência e inadequação dos mesmos. A autoridade modernista já não passaria, em si, de mito.

Estabelecidas tais críticas, a autora busca mostrar que a boa ciência é boa conversação, pois o que importa não é a adoção de uma metodologia em particular mas sim “o interesse sincero e inteligente de contribuir a uma conversação” (MCCLOSKEY, 1996: 69). Também defende que a retórica é uma maneira melhor de entender a ciência, porque a retórica mostra que os homens crêem naquilo que querem crer ao invés de buscar uma Verdade absoluta. Por fim, a autora conclui:

“A retórica, pois, poderia ser uma maneira de examinar o discurso econômico e um modo de melhorá-lo. Melhorá-lo, não fazê-lo menos rigoroso, difícil, sério e importante. Se os economistas renunciarem a seu singular modernismo e abrirem-se oficialmente a uma gama mais ampla de discursos, não necessitarão abandonar os dados, nem as matemáticas, nem a precisão; simplesmente terão que estar de acordo em examinar sua linguagem em ação, e conversar mais educadamente com os demais na conversação da humanidade.” (idem: 76)

CAPÍTULO II: Retórica e Economia: o debate no Brasil

Após a publicação de *Retórica da Economia* de McCloskey, ocorreram diversos debates tanto no exterior quanto no Brasil. O presente capítulo tem por objetivo analisar esse aspecto da repercussão do “projeto retórico” no Brasil⁶, que se inicia com as críticas de Leda Maria Paulani à retórica de McCloskey.

Como se verá adiante, a divergência principal desse debate será a questão da retórica como método e projeto para a ciência econômica. Além disso, compreendo que tal debate possui dois momentos, pois entre o primeiro e o segundo momento existe um leque temporal que leva ao questionamento de novas questões, por exemplo, a repercussão do “projeto retórico” no Brasil. Em razão disso, o presente capítulo será dividido em duas seções, cada uma subdividida em três partes.

2.1 – O debate: parte 1

A presente seção será subdividida em três partes: na primeira, teremos as críticas de Paulani à retórica de McCloskey; em seguida, as críticas à Paulani e a defesa do “projeto retórico” por parte Rego e de Fernández; e, enfim, a resposta de Paulani a seus críticos. Os três primeiros textos (PAULANI, 1996; REGO, 1996; FERNÁNDEZ, 1996) se encontram em livro organizado por Rego intitulado a *Retórica na Economia*, já a resposta de Paulani (1999) a Rego e a Fernández se encontra na *Revista de Economia Política*.

2.1.1 – Críticas de Paulani: ideias sem lugar

Paulani inicia seu texto afirmando seu objetivo, qual seja, “situar filosoficamente as idéias de McCloskey sobre a retórica na ciência econômica” (1996: 99). Para isso, a autora irá utilizar Habermas, mais especificamente, seu livro *O Discurso Filosófico de Modernidade*, que estabelece “uma espécie de diagnóstico da modernidade e de seus desafios” (idem). Ao longo dessa busca, que se inicia em Kant

6 Outro aspecto – o atual estado das artes – será estudado no capítulo seguinte.

passando por Hegel e chegando, enfim, a Weber, Paulani vai estabelecer dois tipos de posturas pós-modernas, quais sejam: a versão conservadora da leitura pós-moderna; e a versão anarquista da leitura pós-moderna. A primeira “dissocia o espírito da modernidade de suas origens históricas (iluministas) e pode assim, por outro lado, transformar a modernização social numa espécie de ‘teoria geral’ neutralizada espaço-temporalmente” (ibidem: 102); já a segunda, “despede-se da modernidade *in totum* por que não aceita o rompimento” (ibidem) dessas ligações. Além disso, irá resenhar o que é o desconstrutivismo de Jacques Derrida⁷, pois ele é o “fundamento de muitas das posturas pós-modernas tais como as advogadas por McCloskey” (ibidem: 99). Preparado esse terreno, Paulani se colocará a cargo de seu objetivo.

Para a autora, à primeira vista, expressões de McCloskey, como “economia não é ciência, é uma coleção de formas literárias” ou “a metáfora é o significado”, e ainda “a metáfora econômica constitui uma poesia da economia”, “parecem fortes o suficiente para sustentar” (ibidem: 105) a conclusão que McCloskey é um pós-moderno típico. Porém, as coisas não são tão simples assim, veremos porque.

Enfim, seria McCloskey um pós-moderno conservador? Ou, então, um pós-moderno anárquico?

Não, para as ambas as perguntas. Pois, no primeiro caso, McCloskey critica justamente a “razão dita instrumental que adequa meios a fins e que, ancorada na lógica formal, separa sem problemas fatos de valores, verdade de opiniões, argumentos objetivos de subjetivos” (ibidem: 106) e que fundamenta a posição dos pós-modernos conservadores. “O que está errado é que a lógica formal é tratada muitas vezes como se fosse toda a razão” (McCloskey, 1985: 44 apud Paulani, 1996: 106). Já, para o segundo caso, esse figurino não se encaixa pois, em alguns momentos, McCloskey aparece “como defensor incondicional da razão” (Paulani, 1999: 106), “se escolha é entre ciência e irracionalismo, eu sou pela ciência” (McCloskey, 1983: 509 apud Paulani, 1996: 107).

Então, onde McCloskey se encaixa? Será ele um seguidor de Feyerabend? Ou um crítico da postura positivista em ciências sociais?

A resposta aqui também será: Não! Não será anarquista, pois McCloskey pretende questionar a pretensão de verdade dos enunciados científicos, pois a verdade é

⁷ O desconstrutivismo de Jacques Derrida é caracterizado por buscar desfazer – desconstruir – o texto a partir do modo como este foi organizado originalmente.

uma “quinta roda totalmente inútil” (McCloskey, 1985: 46-7 apud Paulani, 1996: 107) e coloca, no lugar dela, a persuasão, coisa que Feyerabend nunca fez. E a postura crítica? Apesar de, em certos momentos, McCloskey se aproximar dessa posição, essa posição é incompatível com a defesa da retórica sem mediações e o questionamento da verdade como peça inútil (Paulani, 1996: 107-8).

Não é uma das opções acima, estaria apenas defendendo um conceito mais alargado da razão, se aproximando assim de Habermas?

Mas, então, ele teria que ser um defensor da modernidade, coisa que não é. Ele é contra o “modernismo”. Ao contrário de McCloskey, Habermas em nenhum momento “coloca em questão a necessária diferenciação das pretensões de validade dos discursos” (idem: 109).

Paulani chega à seguinte conclusão: “as idéias de McCloskey não tem lugar”. Oferece em oposição à retórica de McCloskey o pluralismo metodológico de Cadwell e a teoria crítica se queremos fugir dos “limites da metodologia modernista” ou “do monismo metodológico da postura positivista”, respectivamente (ibidem: 109). Além disso, afirma que sem diminuir a importância da retórica, esta deve ser absorvida numa tradição crítica, valorizando a verdade e a modernidade (ibidem: 111).

Realizada tais intervenções, a autora, na última seção de seu artigo, busca responder a seguinte questão: Como a discussão da retórica veio parar na economia? Aqui se abre uma discussão direta com Arida (1996). Para Arida (1996) existem dois modelos, que buscam explicar esse deslocamento das ciências humanas em direção à retórica e à hermenêutica, quais sejam:

1. o jurídico: necessidades internas do próprio objetivo, isto é, crise da metodologia positivista;
2. e o da teoria literária e da psicanálise: aproximação por um contato interdisciplinar. Não uma necessidade da própria disciplina em se dirigir para tais campos.

Arida (1996) acredita que a economia se encaminha em direção à Retórica pela mesma razão do Direito, isto é, a crise da metodologia positivista e uma necessidade ditada pelo próprio objeto. Paulani discorda, por duas razões:

1. não há crise da metodologia positivista, argumento de menor importância;

2. mas o argumento fundamental, para Paulani (1996: 112), é que a economia difere do direito, pois é uma ciência e como ciência a pretensão de validade de seu discurso não pode ser outra que não a verdade.

Por fim, conclui, voltando a McCloskey, “se estou correta, McCloskey, o pai dessa discussão, teria sido simplesmente uma 'vítima' da vaga pós-modernista. Mas essa é ainda uma questão em aberto” (idem: 113).

2.1.2 – Críticos da crítica: as defesas da perspectiva retórica por Rego e por Fernández

2.1.2.1 – Críticas de Rego: um lugar para as ideias de McCloskey

Em resposta a Paulani (1996), Rego (1996: 129) busca “localizar filosoficamente as ideias sobre a retórica na ciência econômica”. Para realizar o proposto intento, Rego irá partir das sabidas influências de Perelman sobre Arida e de Rorty sobre McCloskey e irá seguir o seguinte caminho: a crise dos fundamentos da matemática passando por Perelman e a sua Nova Retórica para chegar no neopragmatismo rortiano e na discussão com Paulani.

Na primeira seção, há o movimento de elevação da matemática como meio de descobrir a Verdade Objetiva e, em seguida, sua crise por suas antinomias, contradições. Sua crise, por sua vez, irá abrir espaço para novas abordagens é o que fará Perelman com sua *Nova Retórica* na segunda seção.

Na seção terceira, temos as críticas a Paulani, vejamos quais são.

De início, Rego (idem: 136) deixa bem claro seu ponto: “A nosso juízo, o equívoco de Paulani está não em recorrer a Habermas, mas em optar por analisar o desconstrutivismo ao invés do pragmatismo como influenciador de McCloskey em seus estudos sobre retórica na economia”. Em seguida, continua:

Paulani trabalha somente com o *Discurso Filosófico da Modernidade*, não utilizando outras obras de Habermas que lhe seriam úteis, tais como *Conhecimento e Interesse* ou *Consciência Moral e Agir comunicativo*, que a levariam ao pragmatismo e a Rorty. Com relação a Arida, como vimos, uma das referências é Perelman, para não falar dos gregos.

O primeiro ponto de discordância entre Rego e Paulani, se inicia quando o primeiro, ao contrário da autora, busca aproximar Habermas do pragmatismo de Richard Rorty. Para isso, Rego (ibidem: 136-8) utiliza algumas citações simpáticas do próprio Habermas em relação Rorty, e uma citação dos filósofos Bento Prado Jr. e Mark Julian R. Cass que vale a pena ser reproduzida aqui por inteiro:

a polêmica de McCloskey não é meramente destrutiva ou negativa, nem se limita a opor a boa filosofia contemporânea a uma epistemologia arcaica que, como erva daninha, insiste em brotar entre as linhas dos textos de economistas americanos. A análise lógica dos sistemas teóricos morreu: viva a Retórica! Ali onde o projeto universalista de ciência unificada naufragou, nasceu uma nova disciplina universal, *em muito semelhante* à Pragmática Universal de Habermas, e que deve ser compreendida. (PRADO JR.; CASS, 1996: 117, grifo meu)

O segundo ponto de discordância se refere a negação de McCloskey como irracionalista, ou um “inimigo da razão”, e a defesa da perspectiva pragmática de retórica. Mais uma vez, o autor atenta para ligação entre a retórica de McCloskey e o neopragmatismo de Rorty (REGO, 1996: 138-9). E conclui da seguinte maneira:

McCloskey a nosso ver “não foi vítima da vaga pós-moderna” como afirmou Paulani, nem são suas ideias “difíceis de classificar” Paulani, por adotar uma perspectiva (conceitual e bibliográfica) errada, não consegue “encontrar lugar para suas ideias”, equivocadamente chegando à conclusão que dá título a seu artigo: “as ideias de McCloskey não tem lugar”. Em relação à retórica na economia estas breves notas, então, tentaram colocar “as ideias no lugar” (idem: 140).

2.1.2.2 – *Críticas de Fernández: em defesa do “projeto retórico”*

Fernández (1996: 143) inicia seu artigo expondo seu objetivo, que é analisar a atual situação do “projeto retórico” proposto por McCloskey e, em particular, as críticas dos economistas heterodoxos feitas a tal projeto. Irá também buscar responder a três questões: defender a análise retórica implica na defesa de perspectivas irracionalistas? Tal defesa é incompatível com a procura da verdade? Ela leva a uma nivelção inaceitável entre ciência e arte? Além disso, Fernández (idem: 147) irá tentar mostrar “que o 'projeto retórico' em geral, e a obra de McCloskey em particular, são compatíveis como um todo como uma 'tradição crítica' ou com visões não-neoclássicas da economia”.

Após realizar uma breve leitura do debate gerado no exterior pela publicação dos textos de McCloskey, o autor vai se concentrar nas críticas de Paulani.

Fernández (ibidem: 147-8) inicia pela questão do porquê e de como chegou a retórica na economia. Nesse particular, irá, basicamente, concordar com Arida (1996) e discordar de Paulani (1996), em razão de três motivos:

1. há, sim, uma crise na hegemonia positivista;
2. defende a comparação entre práxis jurídica e ciência, pois a primeira não teria como meta fugir da verdade, como dá a entender Paulani, pois “a boa práxis jurídica também teria uma *Sprachethik*⁸”;
3. e as atividades de persuasão estão ocupando maior espaço do nosso dia-a-dia. Isso se reflete, por exemplo, no aumento de participação das atividades de persuasão no PIB norte-americano passando de 23% em 1983 para 26% em 1993 – dados retirados de artigo de McCloskey e Klamer.

Em seguida, Fernández (ibidem: 148-50) questiona a interpretação de Paulani sobre o que seria a modernidade, demonstrando que existem diversas interpretações para esse termo e, mais especificamente, para o termo modernismo. Com isso, o objetivo do autor é chegar a sua interpretação sobre modernismo para McCloskey, que seria a seguinte: o modernismo seria a visão de mundo que se caracterizaria pelo “vício cartesiano”, qual seja, supor que “o único raciocínio formal, e o único pensamento é o pensamento consciente” (Mirowski, 1988: 119-20 apud Fernández, 1996: 150). Considera uma falácia uma “quase afirmação” de Paulani: “que, por propor limites à razão, possa se sugerir que McCloskey seja um defensor do irracionalismo” (Fernández, 1996: 150).

Interpreta, acertadamente, que a maioria das críticas de Paulani deriva da questão da busca da verdade, mas minimiza esse medo dos críticos através das diversas referências a *Sprachethik* feita por McCloskey. Vincula, também, Habermas a McCloskey, aliás, utilizando a mesma citação (um pouco mais estendida) dos filósofos Prado Jr. e Cass. (ibidem: 151-4). E conclui que as frases bombásticas de McCloskey “devem ser avaliadas retoricamente, pensando no público ao qual se dirigem, e dentro de um clima de *épater les bourgeois*⁹, o qual sem dúvida McCloskey usa (e do qual às

8 McCloskey (1996: 66), baseando em Habermas, caracteriza a *Sprachethik* como “as normas de conversação civilizada. [...] Não minta; preste atenção, não burle; coopere; não grite; deixe que falem os demais; seja imparcial; explique-se quando perguntam; não recorra à violência ou à conspiração em ajuda de suas ideias. Não podemos imaginar uma boa conversação ou uma boa vida intelectual sem estas normas. São as regras adotadas pelo fato de unir-se a uma conversação [...]”.

9 Expressão francesa cuja tradução pode ser “chocar os burgueses” ou “impressionar os burgueses”, que

vezes abusa)” (ibidem: 154, grifos do autor).

Na quinta seção de seu artigo, Fernández busca discutir a questão da nivelação dos discursos científicos e literários. Começa reinterpretando duas frases de McCloskey - “boa ciência é boa conversa” (McCloskey, 1985: 27 apud Fernández, 1996: 156) e “a ciência não ciência, é uma coleção de formar literárias” (idem: 55 apud Fernández, 1996: 156) – e conclui da seguinte maneira: para a primeira frase, “É concebível boa ciência que não seja boa conversa?”; e, para segunda, “Posso sugerir que simplesmente está dizendo que qualquer maneira de fazer ciência tem de passar através de (i.e., utiliza necessariamente) formas literárias”. Em seguida, diferencia ciência de arte, pois o “o crescimento da ciência é sempre (um)a (das) meta(s) da ciência, enquanto que a poesia persegue essencialmente fins estéticos” (Fernández, 1996: 156).

Ao final de seu artigo, Fernández (idem: 157-8) chega às seguintes conclusões:

1. há compatibilidade, ao menos no nível metateórico, entre as visões dos economistas alheios ao *mainstream* com a visão de McCloskey;
2. a recepção por esses economistas do projeto retórico deveria ser melhor pois sua defesa leva ao um pluralismo teórico, que se faz necessário na nossa ciência;
3. se renunciarmos à retórica, o que restará será o modernismo e o irracionalismo, alternativas ambas incômodas;
4. e nega, por fim, “o absoluto relativismo em questões teóricas”, a metodologia deve ter uma perspectiva pluralista; porém, na prática teórica, os economistas devem defender com unhas e dentes suas teorias de acordo com seus próprios paradigmas, enquanto mantém uma atitude aberta e tolerante com os membros dos outros paradigmas, isto é, devem praticar a *Sprachethik*.

2.1.3 – A tréplica de Paulani

Paulani (1999: 78) inicia seu artigo lembrando as pretensões de seu primeiro trabalho, isto é, “situar filosoficamente” as ideias de McCloskey. Seu objetivo, nesse artigo, será responder as críticas de Rego (1996) e Fernandez (1996); que, para ela, são

está relacionada a atitude dos poetas decadentistas franceses que, na segunda metade do século XIX, declararam guerra às convenções da sociedade burguesa.

as seguintes:

- Rego (1996): Faltou analisar o “neopragmatismo enquanto o lugar adequado para situar as ideias de McCloskey” (PAULANI: 79);
- Fernández (1996): A contradição que a heterodoxia se encontra ao se tornar contra tal projeto, pois ele abre espaço para o pluralismo econômico que é uma das demandas da própria heterodoxia. (idem)

Como resposta a Rego (1996), Paulani (1999: 79) inicia afirmando o seguinte: “Acredito que atirando no que vi, acertei no que não vi, como procurarei demonstrar no que se segue”. Em seguida, deixa bem claro qual o seu ponto de discordância com McCloskey:

Efetivamente, meu incômodo em relação à postura de McCloskey era (e é) muito bem focalizado: a despreocupada leviandade com que ele proclama suas convicções levam-no não a uma crítica da ciência econômica que a desvende como ideologia (pois, se assim fosse, isso o obrigaria no mínimo a repensar sua posição enquanto teórico e adepto do paradigma neoclássico, coisa que ele não fez), mas a uma política de arrasa-quarteirão, que não deixa pedra sobre pedra, política enfim que tomada ao pé da letra, nos obrigaria a todos (não apenas economistas mas todos os cientistas) a mudar de profissão (idem: 80).

Com relação a análise do neopragmatismo, Paulani (ibidem: 81) afirma que o projeto rortiano consiste em uma “afirmação indeterminada”, que, por sua vez, consiste em uma atitude bastante semelhante a de uma “negação indeterminada”, “uma mera fraseologia (entusiasmo investido em ideias sem substância)” (ibidem: 80). Disto ela conclui:

Eis porque afirmei acima que, atirando no que vi acertei no que não vi. Em outras palavras, *para meus propósitos no artigo original*, e independentemente do acerto ou não da análise ali empreendida, *não fez grande diferença*, como hipótese inicial, tomar McCloskey por adepto de Derrida ao invés de Rorty (ibidem: 81-82, grifos meu).

Com relação a aproximação de Habermas e McCloskey, Paulani (ibidem: 82) discorda, pois o projeto habermasiano busca realizar uma negação determinada ao modernismo (como já havia mencionado no texto anterior) ao contrário da afirmação indeterminada (que seria o mesmo de uma negação indeterminada) realizada por Rorty. Para Habermas, “trata-se [...] de não jogar fora a criança junto com a água de banho”. Além disso, temos a afirmação de Apel (“o 'sócio' de Habermas) que considera o neopragmatismo rortiano como “subjetivamente progressista” mas “objetivamente

regressivo”. Palauni (ibidem: 83) continua:

Espero com tudo isso ter deixado claro que [...] mantém-se [...] em pé a natureza de minhas críticas à postura de McCloskey, seja pela convergência dos projetos desconstrucionista e neopragmático, seja pela impossibilidade de se alinhá-lo integralmente a Habermas (ou a Apel).

Porém, pondera que existem afinidades entre o neopragmatismo de Rorty e o neo-iluminismo alemão. “Essas convergências se dá por conta do mesmo paradigma pragmático-linguístico, de resto, filosoficamente antagônicas” (ibidem: 84).

Agora, chegamos à última crítica com relação a resposta para Rego (1996), a autora critica a pluralidade de sentidos com que McCloskey emprega o termo retórica. O problema, para Paulani (ibidem: 84-6) é igualar a retórica à ciência. Também é um problema aproximar McCloskey de Rorty - “difícilmente redutível a uma mera pregação pelo bom comportamento dos cientistas em geral” -, por causa da aproximação que McCloskey faz entre retórica e *Sprachethik*. Assim, Paulani (ibidem: 86) sustenta que as ideias de McCloskey continuariam sem lugar, mesmo que se levasse em conta a filiação de McCloskey ao neopragmatismo de Rorty. Desta forma, Paulani (ibidem: 86-7) encerra sua resposta as críticas de Rego, afirmando que sustenta o “incômodo com essa espécie de negação indeterminada com que McCloskey embrulha sua [...] peroração pela ética no discurso econômico” e sua “crítica aos fundamentos metodológicos que os economistas, regra geral, postulam sem obedecer”.

Como resposta a Fernández (1996), Paulani (1999: 87) inicia afirmando que é contrário à defesa do “projeto retórico” *como um todo* e propõe em oposição de McCloskey o pluralismo metodológico de Caldwell, se o caso for a necessidade de defender um pluralismo teórico. Em seguida, deixará claro com seu o intento nesta resposta:

Como tentarei mostrar adiante, em função de sua postura frente à abordagem de McCloskey, Fernández empreende um louvável esforço para salvar esse “projeto” *in totum* e acaba por ser bastante indulgente com suas contradições e com o discurso embrulhado que ele constrói.

Inicia criticando a redução do conceito de modernidade realizado por Fernández. Segundo Paulani, McCloskey, seguindo as trilhas de Rorty, realiza o seguinte movimento:

reduz a modernidade à questão epistemológica; depois identifica a epistemologia enquanto tal com o empirismo e o racionalismo clássicos; por

fim, [...] redefine a vocação epistemológica dessas correntes como “fundacionalista por natureza e positivista por vocação” (idem: 88).

Assim, McCloskey pretende muito mais do que realizar uma mera crítica epistemológica.

Com relação ao irracionalismo, a aproximação que, em alguns momentos, Paulani (1996) realizou entre McCloskey e o irracionalismo derivou não do conceito de modernidade e sim da posição dúbia e escorregadia de McCloskey, sustenta Paulani (1999: 88). E continua, afirmando que se queremos ligar McCloskey à filiação de Rorty, isso só pioraria as coisas, por causa “visão estreita de modernidade” deste último (idem: 89).

Com relação à questão da verdade, a autora irá sustentar que, seja para recomendar a *Sprachethik*, seja para defender o pluralismo ou o anarquismo metodológico, seja para criticar o positivismo, a questão da verdade não pode ser jogada no limbo, não pode ser comparada com a “quinta roda inoperante” como faz McCloskey (ibidem). Em seguida, Paulani (ibidem: 90) mostra uma contradição da parte de Fernández, pois ao considerar que as frases bombásticas de McCloskey devem ser levadas como meras *boutades*¹⁰, Fernández está chegando a afirmar que essas frases são “meras retóricas” e que, portanto, a retórica não deve ser levada a sério. Conclui afirmando que “apontar, por exemplo, o caráter ideológico de muitas das proposições da ciência econômica é questionar seu valor de verdade, não confundi-la com literatura” (ibidem: 93).

Conclui esse debate com Fernández da seguinte maneira: “não é fácil dar coerência ao discurso de McCloskey. Ou a leitura se torna um tanto ingênua [...] ou faz com que ele (Fernández) caia em contradição [...]” (ibidem: 94, parêntesis meu).

2.2 – O debate: parte 2

Nesta seção, a ordem de exposição é, basicamente, a mesma da seção anterior; conquanto, agora, teremos novas críticas de Paulani (após mais de vinte anos da publicação de *Retórica da Economia* de McCloskey); a defesa da perspectiva retórica em texto conjunto de Fernandes, Gala e Rego; e a resposta de Paulani. Todos os textos

10 Tradução literal: piadas, gracejos, brincadeiras.

se encontram na Revista de Economia Política¹¹.

2.2.1 – Paulani: retórica e neoliberalismo

Paulani (2006: 3-4) inicia sua crítica apresentando um breve sumário dos impactos do “projeto retórico” na ciência econômica, que irá aprofundar ao longo do texto. Para autora, houve um primeiro impacto enorme “na cidadela dos economistas”, porém que não alterou em nada o andamento da própria ciência, além de criar mais um nicho de discussão especializado no assunto. Além disso, a autora busca retomar uma discussão iniciada com o primeiro texto – Paulani (1996): Por que retórica na economia? Com o objetivo de responder a essa questão, a autora irá buscar a relação entre retórica e neoliberalismo e irá realizar também um balanço dos impactos do “projeto retórico” contrapondo os seus impactos no Brasil, um país periférico, com os seus impactos nas economias centrais. Na relação entre retórica e neoliberalismo, irá retomar Hayek para mostrar “a inadequabilidade do discurso de corte neoclássico para o objetivo de legitimar ideologicamente a sociedade de mercado” (Paulani, 2006: 4). No segundo caso, irá mostrar que o desdobramento do projeto retórico no Brasil “pode ser considerado como mais um capítulo das idéias fora do lugar, que vêm marcando a história do ideário brasileiro” (idem).

A autora parte da concepção de que o neoliberalismo não constitui, propriamente, teoria econômica e possui basicamente um caráter normativo, prescritivo, para, então, realizar uma retomada histórica de sua formação. Nesta retomada, volta aos “30 anos dourados” e o keynesianismo vigente no centro do sistema capitalista – na periferia, o desenvolvimentismo encabeçado pela CEPAL – e, no qual, os liberais estavam na defensiva. Porém, o quadro começa a mudar quando nasce o neoliberalismo encabeçado por Hayek, após a segunda guerra mundial, que tinha por objetivos lutar contra o keynesianismo e o solidarismo e é a favor de capitalismo livre de regras e duro (ibidem: 4-7). Essa retomada histórica é importante para Paulani, pois a autora quer mostrar o distanciamento entre ciência positiva e ciência normativa que se torna cada vez maior na chamada “era neoliberal” vis-à-vis aos “30 anos dourados”. Vejamos

11 O primeiro texto de Paulani – Paulani (2006) – possui outra versão publicada na ANPEC; porém, como a própria Paulani (2007) afirma as diferenças entre as duas versões não alteram o sentido da crítica ao “projeto retórico”.

como.

Por ser meramente prescritivo, isto é, normativo, a doutrina neoliberal não necessita da ciência econômica. A ciência econômica mais atrapalha do que ajuda para a consecução de seus fins, quais sejam: a construção de um mundo completamente organizado pelo mercado. “Deste ponto de vista, a ciência econômica torna-se uma espécie de ficção literária que pouca relação tem com o mundo real” (ibidem: 7).

Partindo de algumas diferenciações já tratadas nesse capítulo, entre pós-modernismo anárquico e conservador, a autora trabalha, neste artigo, a relação entre neoliberalismo e pós-modernismo, concluindo da seguinte maneira: “o pós-modernismo anárquico deságua, tanto quanto o pós-modernismo conservador, no mesmo reservatório da ratificação incondicional do capitalismo duro, intransigente e livre de regras que a era neoliberal produziu” (ibidem: 9). Assim, chegamos na relação que mais interessa a ela destacar: a relação entre retórica e neoliberalismo.

Na seara específica da ciência econômica, é McCloskey, com sua pregação em defesa do “projeto retórico”, que vai se encarregar de percorrer esse movimento [movimento entre retórica e neoliberalismo]. Consideremos então a discussão levantada por McCloskey e os acertos que ela involuntariamente produz. (ibidem: 10)

A primeira associação entre retórica e neoliberalismo é temporal: é entre meados dos anos 70 e início dos 80, momento que aparece o debate da retórica na economia e que o neoliberalismo ganha força (ibidem). A segunda, bem mais importante, diz respeito a relação entre economia positiva e economia normativa. O neoliberalismo não prescinde de uma ciência econômica, assim, “a ciência torna-se um adereço dispensável (e, na maior parte das vezes, problemático)” (ibidem). Há um esgarçamento da relação entre economia positiva e economia normativa em comparação a relação que existia anteriormente entre keynesianismo e as políticas de regulação de demanda no centro (na periferia, as ideias cepalinas e o Estado desenvolvimentista). Desta forma, Paulani (ibidem: 11-2) chega a seguinte afirmação:

Assim, se não há mais nenhuma ponte entre o mundo da ciência econômica e o mundo externo, onde se trava a concreta e dura batalha capitalista, o conhecimento dito científico ali produzido, as polêmicas e controvérsias geradas pelos confrontos entre diferentes paradigmas podem perfeitamente, como quer McCloskey, ser vistos como uma “falação”, uma conversa, cujo resultado interessa apenas a quem dela participa, um “debate” em que os contendores podem ser grosseiros e gritões ou educados e amantes da *Sprachethik*, mas cujo evoluir é determinado em si e por si mesmo, não por

um móvel externo chamado “verdade”, não pela busca do desvendamento das relações que efetivamente presidem o comportamento da economia moderna.

Assim, McCloskey “acerta sem querer na tradução involuntária que acaba por fazer do estado atual da relação entre ciência positiva e normativa” (ibidem: 12). E continua:

Foi a tradutora involuntária da situação concreta hoje experimentada, em que o comando das economias nacionais, com raras exceções, depende muito mais das burocracias dos bancos centrais e tesouros nacionais e da aplicação de não mais que meia dúzia de regras, do que de um suposto menu de políticas econômicas que produziria resultados distintos a cada mudança de governo promovida pelo processo democrático. (ibidem: 12-3)

Assim, Paulani (ibidem: 13) conclui a primeira seção do artigo afirmando que “o mundo da ciência econômica pode ser deixado a si mesmo com sua hermenêutica e seus cacoetes”. E o próprio trabalho de McCloskey colabora nesta percepção, pois apesar da ótima recepção dos economistas alheios ao mainstream ao “projeto retórico”, “o trabalho de McCloskey não teve rigorosamente nenhuma consequência para o andamento do ofício acadêmico dos economistas”, além de criar mais um nicho especializado de pesquisa.

Partindo da conclusão da primeira seção, Paulani (ibidem: 14) afirma que se criou um nicho especializado de pesquisa que, por um lado, busca realizar análises retóricas dos diferentes discursos dos economistas (objeto do terceiro capítulo); e, por outro lado, se realizou diversas entrevistas, “conversas”, com economistas “certos de que elas poderiam revelar mais mistérios sobre a vida íntima desse discurso, do que poderia fazê-lo a vã investigação acadêmica dos livros e papers”. A partir daí, irá analisar os diferentes resultados – resultados dicotômicos – dessas entrevistas para diferentes realidades sociais, a brasileira e norte-americana.

Inicia pelo trabalho de Klamer (“Conversations with Economists”) que encontra o seguinte resultado: “A conclusão a que chega é que 'as entrevistas confirmam essa visão de ciência econômica em termos de comunicação’” (ibidem). E que visão é essa? A visão persuasiva da ciência econômica. Em contraposição, o mesmo não se deu no Brasil. No Brasil, dada a realidade social distinta, mais especificamente, a relação muito estreita entre a academia e a política, os resultados foram muito distintos: “Sendo assim, o que resultou do projeto foi menos a revelação dos mistérios da arte persuasiva dos economistas, encobertos na assepsia dos textos acadêmicos, do que parte

significativa da história recente do país”, isto é, um resultado diametralmente oposto ao de Klamer. E continua: “Malgrado a intenção inicial, o resultado da versão brasileira da empreitada retórica mostrou-se, por isso, muito mais interessante do que o da matriz americana.” (ibidem: 15)

Após realizar uma recapitulação dos anos 1980 com as necessidades do capital internacional, a natureza inflacionária distinta, e as soluções específicas para essa situação específica, Paulani busca mostrar que essa formação social periférica e distinta que é a formação social brasileira mostrou as fraquezas do projeto retórico, pois a aproximação da academia com a política econômica tem consequências que impede que se associe a prática teórica a uma simples conversação:

Esta recapitulação sumária do episódio “alta inflação — inflação inercial — planos heterodoxos” teve o propósito de mostrar que, nas circunstâncias do Brasil de meados dos 80, a relação dos economistas entre si e deles com a realidade concreta do país podia ser qualquer coisa, menos uma “conversação” inseqüente, para deleite apenas daqueles nela envolvidos, os quais estariam pleiteando o Oscar da persuasão. Muito ao contrário, a disputa era real e concreta e continuou real e concreta, com as diversas visões, inclusive as ortodoxas, sucedendo-se no comando da política econômica até o alcance da estabilidade em 1994. (ibidem: 16)

A conclusão, que se chega sobre *Conversas com Economistas Brasileiros*, segundo Paulani (ibidem: 16-7), é que “esta primeira experiência de ouvir os economistas brasileiros constituiu uma contraprova poderosa da fragilidade do projeto retórico inaugurado por McCloskey e Klamer”. E continua:

Se não parece haver parâmetros, como alegam os defensores do projeto retórico, para avaliar o valor de verdade das proposições teóricas, a partir do momento em que as idéias se objetivam e passam a conformar essa mesma realidade não há mais como confinar as divergências ao limitado mundo da pragmática. Sua dimensão semântica impõe-se inseparavelmente, pouco importando, no caso concreto aqui comentado, que essas “idéias” tenham sido forjadas não só pela especificidade da realidade brasileira, mas primordialmente pela inadequabilidade dessa realidade às novas exigências do capitalismo. (ibidem: 17)

A análise sobre *Conversas com Economistas Brasileiros II*, leva a autora a perceber que a vinculação ao “projeto retórico” praticamente desaparece; e é um típico texto modernista pois valoriza a verdade (ibidem: 17). No fim desta segunda seção, Paulani (ibidem: 18) retoma a questão da crítica da economia política já afirmada nos outros textos e que as análises devem buscar mostrar a faceta ideológica dos discursos ditos científicos, isto é, ela tem de se armar da crítica.

A conclusão da autora é que se trata de mais um capítulo das “ideias fora do lugar”. Após explicar o que é esse conceito para Roberto Schwarz, ela mostra a mesma relação para retórica, movimento que foi realizado ao longo do texto. Assim, buscar encaixar as ideias de McClsokey em uma perspectiva histórica e materialista: “A mesma facilidade do pachola de Schwarz reencontramos aqui. Para o cidadão brasileiro comum, é no mínimo bizarra a idéia de que as discussões dos economistas não visam a outra coisa senão girar em torno de si mesmas.” E continua: “Mais do que idéia, concluimos, trata-se aqui de uma faceta da ideologia contemporânea, que, se funciona razoavelmente no centro do sistema-mundo capitalista, enguiça na periferia e põe a nu sua natureza.” Assim, o resultado do “projeto retórico” no Brasil “revela, ao invés de velar, a incongruência que têm, com a realidade capitalista de hoje, essas hipóteses tão na moda.” Por fim, retoma a defesa da retórica como crítica da economia política: “A análise retórica, ao invés de desembocar no vale-tudo relativista, mostra-se instrumento poderoso para fazer a crítica da sociedade existente, no mínimo porque ajuda a desembrulhar, da teia de idéias e ideologias em que ela aparece envolvida, a história concreta” (ibidem: 17).

2.2.2 – A defesa de Rego, Gala e Fernandes: uma resposta pragmática

Inicialmente, faz uma retomada dos objetivos de Paulani e do debate promovido por ela e pelos autores (Fernandes, Gala, Rego: 155-7), para assim, chegar aos objetivos do artigo; os quais, ao todo, são três. Os autores afirmam que procuram criticar a postura filosófica de Paulani, isto é, sua perspectiva materialista. Além disso, buscam criticar a posição de Paulani que nega os “valores” positivos da retórica. Por fim, criticam o que chamam de espécie de “correlação espúria” entre retórica e neoliberalismo.

Sendo assim, eis que voltamos ao nosso objetivo inicial, qual seja: demonstrar os possíveis problemas filosóficos desta crítica contra a perspectiva retórica e pragmática que Paulani resolve levar a cabo por uma perspectiva materialista. Problemas estes que, a nosso ver, acabaram por direcioná-la rumo a um movimento intelectual e filosófico que peca fundamentalmente por tentar ofuscar as possibilidades emancipatórias e críticas presentes no cerne da proposta metodológica de McCloskey. Um movimento filosófico que, no limite, se mostra excessivamente simplificador; supervalorizando uma espécie de “correlação espúria”, que busca associar historicamente o surgimento da abordagem retórica de McCloskey ao

advento do neoliberalismo. (ibidem: 157)

Para os autores, o “pecado original” de Paulani consiste em sua interpretação sobre Habermas. Em Hegel começa e não termina “o debate sobre o discurso filosófico da modernidade de Habermas” (ibidem: 158). A decisão de terminar em Hegel foi de Paulani, não de Habermas. Uma decisão que, segundo os autores, “deixa transparecer que a autora só se interessou por esta parte da 'estória'” e que “trará sérias limitações para as conclusões que a autora tentará inferir em termos de sua crítica em relação à abordagem retórica de McCloskey”. (ibidem)

A interpretação de Paulani é viesada e impede a percepção de todo projeto habermasiano. Se percebermos esse projeto *in totum* poderíamos “compreender o sentido mais profundo de algumas colocações autocríticas que Habermas desfere contra a tradição subjetivista da modernidade” (ibidem: 159). Desta forma chegamos na crítica, que consiste na percepção dos limites dos princípios de racionalidade da filosofia do sujeito.

Superação esta, portanto, que só poderia se concretizar a partir do momento em que a tradição da modernidade se tornasse capaz de afirmar definitivamente novos princípios de racionalidade que nos permitisse ir além dos princípios da filosofia do sujeito. E que, por esse caminho, fossemos capazes de adentrar por meio de uma concepção de racionalidade verdadeiramente emancipatória, que desse vazão a uma ampliação do conceito de racionalidade instrumental (tal como compreendida inicialmente por Weber), abarcando de forma definitiva a noção de racionalidade comunicativa (intersubjetiva). Empreitada esta que, de acordo com o próprio Habermas, nem Hegel nem Marx conseguiram efetivamente concretizar. (ibidem)

Continuando suas críticas, os autores afirmam que existe uma insuficiência filosófica por parte das críticas anti-retoricistas, que desconhecem os últimos avanços promovidos pela “virada linguística”¹² e, portanto, possui um imenso desconhecimento sobre os debates da filosofia da linguagem. Esta insuficiência, para os autores, deriva de “uma perspectiva filosófica que se limita a considerar as críticas hegelianas ao individualismo iluminista, assim como aos limites da filosofia transcendental de Kant”, porém que desconsidera autores como “Nietzsche, Heidegger, Wittgenstein, Apel, Habermas, Rorty etc... Autores considerados fundamentais para a compreensão de

12 A chamada “virada linguística”, também conhecida em português de “giro linguístico” (em inglês: *linguistic turn*), é caracterizada por um desenvolvimento da filosofia ocidental ocorrido durante o século XX. Esse desenvolvimento é, principalmente, descrito pelo foco da filosofia e de outras humanidades que se projeta sobre a relação entre filosofia e linguagem.

qualquer debate dentro do campo da filosofia crítica da linguagem contemporânea” (ibidem: 160).

Neste sentido, para nós, Paulani parece não conseguir se desvencilhar completamente da pretensão subjetivista hegeliana e marxista de tentar construir um sistema filosófico completo, racionalmente concebido, e comprometido com o projeto de reconstituição da idéia de totalidade histórica. Paulani continua, por tanto, preza ao ideal da consciência absoluta de Hegel. Mesmo que em seu texto ela se esforce por demonstrar as limitações da filosofia de Hegel a partir de uma leitura marxista, que relembra argumentos anti-idealistas a favor de uma suposta práxis revolucionária materialista (tal como presentes originalmente na Ideologia Alemã de Marx). (ibidem)

Desta forma, Paulani foge do debate linguístico proposto por McCloskey e realiza uma crítica externa pouco comprometida com o avanço da perspectiva retórica (ibidem:160-1) e não consegue perceber seu próprio caráter ideológico: “A análise de Paulani é problemática [...] porque se baseia em uma perspectiva materialista-subjetivista que não reflete hermeneuticamente sobre sua própria condição histórica.” (ibidem: 160-1)

A tradição da crítica de ideologia marxista seria muito melhor orientada filosoficamente se não fosse assumida e afirmada a partir de uma condição absoluta e totalizante que se pressupõe privilegiada; mas sim, ao contrário, como frutífera e perspicaz crítica pragmática, com seu significado histórico e político datado e limitado a esta condição finita que lhe é peculiar. (ibidem: 162-3)

Paulani realiza uma crítica externa, desconhecendo a “virada linguística”, e com “supostos achados” associa a abordagem retórica com o neoliberalismo que “procura ideologizar o debate retórico como se este fosse nada mais nada menos, do que uma nova roupagem para a velha 'ladainha' neoliberal que têm ultimamente se imposto politicamente na América Latina” (ibidem: 163). Segundo os autores, a postura avessa de Paulani em relação à perspectiva retórica de McCloskey advém da “incompreensão da autora em relação aos elementos radicalmente inovadores que tanto o neopragmatismo de Rorty como a perspectiva hermenêutica de Habermas, por exemplo, procuram trazer para o debate filosófico e científico contemporâneo” (ibidem). E Paulani, segundo seus críticos, “busca criticar a abordagem retórica na economia utilizando como premissas argumentos filosóficos absolutistas os quais a própria abordagem retórica de McCloskey procura refutar em seus argumentos preliminares.” (ibidem). Desta forma, chegamos a conclusão dessa resposta:

Saindo em defesa ao “projeto retórico”, portanto, não acreditamos que faça qualquer sentido afirmar que a retórica de McCloskey seja um caminho filosófico que impossibilite a crítica da ideologia; tornando-se uma espécie “ingênua”, provedora de solo fértil para o desenvolvimento do neoliberalismo. Ao contrário, cremos que seu objetivo é exatamente nos permitir fazer esta crítica sem contradições internas e assumindo a impossibilidade de se fazer qualquer tipo de crítica a partir de perspectivas que se pressupõem privilegiadas. (ibidem: 164)

2.2.3 – A última resposta de Paulani: a aventura da crítica

Após apresentar as críticas de seus críticos (Paulani, 2007: 167), Paulani inicia respondendo a primeira de suas críticas: a leitura sobre projeto de Habermas, seu “pecado original”. Inicia respondendo que buscou o trabalho de Habermas para dar início ao seu trabalho e nunca se colocou a realizar uma interpretação do trabalho de Habermas:

A primeira consideração que é preciso fazer sobre essa leitura é que eu não disse em lugar nenhum que, para Habermas, é Hegel quem dá a última palavra sobre a crítica da modernidade. O que fiz, muito simplesmente, foi utilizar o belo trabalho que Habermas faz, nos capítulos I e II do Discurso, para poder partir, em minha própria empreitada crítica sobre o discurso econômico, do conceito de Modernidade tal como definido por Hegel. (ibidem: 168)

E conclui: “Portanto, nunca afirmei que, para Habermas, Hegel teria dado a última palavra sobre a crítica da modernidade” (ibidem).

Continuando a negar uma suposta leitura que teria feito do projeto habermasiano, afirma que “é certo que não concordo com a crítica que Habermas faz a Hegel, mas não desenvolvi ali os argumentos que embasam essa minha posição, porque não era esse o objetivo do texto” (ibidem). Para concluir que apenas deixou “indicados os trilhos nos quais corre a crítica de Habermas a Hegel, sem me pronunciar sobre ela” (ibidem: 169). Em seguida, reafirma que buscava acompanhar os diagnósticos que Habermas faz da Modernidade e de seus desafios, mas não buscava em nenhum momento interpretar Habermas, nem “concordava com a saída antevista por Hegel para os referidos desafios” (ibidem).

Passa, então, à interpretação dos críticos sobre o que seria o projeto de Habermas, para poder criticar tal interpretação. Para Paulani (ibidem: 169-70), não há ampliação, nem alargamento da razão subjetiva para a intersubjetiva, a relação entre esse dois tipos diferentes de razão não é de ordem quantitativa e sim de ordem

qualitativa. Mais especificamente, essa relação é de contradição. Vejamos porquê:

As racionalidades prático-moral e estético-expressiva, que deveriam comandar o mundo da vida, ficam assim subjugadas pela razão instrumental, impedindo a razão comunicativa de atuar como meio de efetivação do espírito moderno. [...] Como se vê, mesmo para Habermas, muito longe de uma simples relação quantitativa, o que une a razão subjetiva (tomada como razão instrumental) e a razão intersubjetiva é uma relação de contradição (daí a necessidade de limitar a primeira às instâncias da vida social que lhe são de direito, impedindo que ela invada os demais redutos). (ibidem: 170)

Assim, chegamos aos limites e às críticas ao projeto de Habermas, pois “é justamente a existência dessa contradição que torna o projeto habermasiano uma impossibilidade” (ibidem: 170). Para Paulani (ibidem), “a razão intersubjetiva não está ausente do mundo moderno, mas também não está posta. Ela está pressuposta e está pressuposta nos dois sentidos possíveis”. Assim, a razão intersubjetiva está pressuposta como devir, a humanidade aponta para isso, mas ainda não está posta; e está pressuposta como negação, pois nas esferas de vida social – direito, ciência, arte e moral – em que a linguagem tem papel fundamental, a razão intersubjetiva está à serviço da razão instrumental (ibidem: 170-1). Habermas também percebe essa contradição, porém a enxerga como uma anomalia e busca defender a *Sprachethik* com o objetivo de ampliar as esferas da razão intersubjetiva limitando, assim, a razão subjetiva em suas próprias esferas de atuação. Desta forma, a crítica de Paulani (ibidem) se desenha da seguinte maneira:

A crítica que se pode fazer a Habermas é que a contradição que envolve a razão intersubjetiva é a contrapartida da contradição que envolve o indivíduo moderno, e que Marx tão bem aponta no trecho citado acima [a relação entre indivíduo isolado e o desenvolvimento das relações sociais]. Assim, a transmutação da razão instrumental em poder objetivo, capaz de “colonizar o mundo da vida”, é um resultado necessário dessa contradição, não podendo, portanto, ser vista como anomalia. É nesse sentido que a razão intersubjetiva é momento da própria razão subjetiva, relação a qual Habermas parece não dar a devida importância.

Com relação a chamada “virada linguística”, a autora inicia respondendo que não possui a mesma estima dos críticos pela “virada linguística”, pois possui uma filiação filosófica distinta de seus críticos, nesse sentido não há muito a responder. “Por isso não posso aceitar, como querem meus interlocutores, que se trate aqui de uma ‘dificuldade’ ou de uma limitação.” (ibidem: 172)

Com relação a sua própria condição ideológica, a autora afirma que tem plena consciência de sua posição filosófica. Acrescenta, ainda, que a desconsideração pela

“virada linguística” não significa desconsiderar a importância da linguagem: “Em outras palavras, não abraço a posição de que ontologicamente a primazia da constituição do homem como ser social possa ser atribuída tão-somente ao trabalho e tampouco creio que seja possível atribuir a Marx uma tal visão” (ibidem). E complementa: “Ao contrário, ao afirmar que o homem é um animal social, Marx traz implícito em seu discurso a idéia da linguagem como fator constitutivo do homem” (ibidem). Para, chegar assim em sua conclusão:

Em suma, se Marx não põe a linguagem, com todo seu potencial emancipatório, na teoria social que elabora sobre a sociedade moderna é porque ela está implícita, pressuposta, e, pois, dialeticamente negada por essa própria realidade (ela está posta nas coisas que objetivamente dominam os homens). (ibidem)

Com relação a aproximação de diferentes autores de posições filosóficas distintas (Heidegger, Wittgenstein, Apel, Habermas e Rorty), afirma que “é uma tarefa muito complicada, e eu diria impossível, colocá-los todos juntos” (ibidem: 173). Acrescenta a essa crítica da aproximação outra que diz respeito à naturalização das relações sociais e ao papel da ciência, da moral e do direito que buscam ir além do contexto:

Acrescento, agora, que Habermas, no Discurso, depois de lembrar que, para Rorty, “tanto a ciência como a moral, a economia como a política, bem assim como, do mesmo modo, a arte e a filosofia estão abandonadas a um processo de protuberâncias lingüístico-criativas” (Habermas, 1990b, p. 195), afirma que, nessa filosofia da vida virada para o plano lingüístico, o sim e o não dos atores que agem de modo comunicacional é tão predeterminado pelos contextos lingüísticos e tão influenciado pela retórica que se mostram como processos análogos aos naturais e, mais ainda, que essa concepção contextualista da linguagem faz com que Rorty (e também Derrida) ignore o valor peculiar dos discursos organizados em pretensões de validade que vão além dos contextos existentes em cada caso, e em torno dos quais se estruturam as esferas da ciência, da moral e do direito (idem, p. 196). (ibidem)

Conclui que “não é fácil, para não dizer que é inviável, associar a defesa da razão intersubjetiva à defesa da retórica como método” (ibidem: 174).

Em sua penúltima seção, a autora busca explicitar quais eram os objetivos do trabalho anterior, vejamos:

- mostrar a relação de congruência entre neoliberalismo e retórica;
- essa relação (entre neoliberalismo e retórica) aparece no acerto involuntário de McCloskey na percepção do atual estado da relação

entre ciência positiva e normativa. E esse acerto involuntário decorre, por sua vez, da produção de ideias pelo seu tempo histórico, isto é, o materialismo histórico;

- e é mais um capítulo das ideias sem lugar que mostra sua fragilidade quando vem para terras distantes de onde foram geradas. (ibidem)

Nesta penúltima seção, autora busca adicionar sobre as críticas já referidas mais duas coisas. A primeira diz respeito a associação indevida entre a Escola Frankfurt e Habermas, pois Adorno e Horkheimer continuam materialista, ao contrário de Habermas (ibidem: 175). A segunda diz respeito a sua própria condição ideológica, a autora reafirma que tem consciência de suas teses e realizou todas as mediações que lhe pareceram necessárias e buscou uma relação de adequação entre a retórica e o neoliberalismo:

Contudo, pelo menos no que concerne à relação neoliberalismo x retórica, a tese, apesar de arriscada, é “fraca”, no sentido de que o vínculo que estabeleço entre os dois termos não é de necessidade ou de ordem causal (não se trata, portanto, de teoria conspiratória da história), mas simplesmente de adequação, uma relação de congruência (a la Weber) que percebi, e que minha matriz materialista me permitiu apresentar. Se quiser chamar isso de “achado” não vejo grande problema, mas não posso aceitar seu enquadramento na categoria de “respostas prontas”, visto que meu texto procura apresentar todas as mediações que me parecem necessárias para afirmá-la, sendo, portanto, claramente aberto à contestação. Não falo, portanto, de nenhum fórum intelectual cosmológico, imunizado epistemologicamente, que me torne surda à conversação moderna. (ibidem)

E conclui de forma irônica: “Mas, seja como for, o fato é que a sensação de imunidade ideológica que colocações como as minhas acabam por produzir deriva do fato de que 'ideologia' é de certa forma um 'achado' do materialismo, visto que está organicamente associada ao fetiche” (ibidem: 176).

Além disso, a autora nega ter realizado uma correlação espúria entre retórica e neoliberalismo, nem ter afirmado que a retórica seja um solo fértil para o desenvolvimento do neoliberalismo, o que fez, diz a autora, “foi considerar, como Apel considera o pragmatismo de Rorty, que a defesa da retórica em economia, particularmente em terras como as nossas, é subjetivamente progressista, mas objetivamente regressiva” (ibidem). Acrescenta ainda que não buscou desmerecer as abordagens retóricas (que aliás, são muito bem vindas), mas buscou discutir a matriz filosófica desse projeto retórico. Por fim, cobra de seus críticos “qualquer palavra que

seja sobre minhas teses quanto aos desdobramentos do projeto retórico no Brasil e os resultados singulares que produziu” lembrando que eles foram “personagens centrais desse episódio” (ibidem).

CAPÍTULO III: O atual estado das artes

No capítulo II, tratamos de posições filosóficas e sobre a ciência, inconciliáveis. Enquanto Leda Paulani está no plano busca da verdade científica e de um bom método capaz de decifrá-la, os demais autores realçam o momento do debate, da pluralidade, da hermenêutica e, num certo sentido, caminham para a idéia de uma verdade plausível, consensuada, e que pode ser questionada quando rompido o consenso. Entretanto, existe algo em comum, algo que, ambas correntes aceitam e que é a possibilidade da retórica ser utilizada como uma forma de linguagem válida o que permite a exploração dos autores e das teorias numa forma ainda mais rica. Estamos nos referindo às inúmeras possibilidades de aplicação da retórica na forma como os autores apresentam as suas teorias.

Assim, neste último capítulo, será apresentado um panorama do atual “estado das artes” do “projeto retórico” no Brasil através de algumas das principais “análises retóricas” aplicadas à economia. O primeiro trabalho a ser apresentado é a contribuição de Pérsio Arida (1996) – originalmente, publicado em 1983, mesmo ano da publicação de *Retórica da Economia* de McCloskey – que busca ler a história do pensamento econômico como um caso aplicado de retórica, trabalho fundante das discussões sobre esse tema no Brasil. O segundo trabalho é o de Salviano Jr. e Bianchi (1996) – derivado da tese de mestrado de Salviano Jr. que é o primeiro estudo de “análise retórica” no Brasil – que analisa o discurso argumentativo de Raúl Prebisch em *Estudio Económico de América Latina*. Em seguida, Fernández, Loylola Jr. e Cifuentes (1997) realizam um estudo exploratório aplicando o instrumental retórico a duas controvérsias do pensamento econômico brasileiro – o II PND e o Plano Cruzado – procedimento inédito até então. Por fim, serem apresentados dois casos aplicados de retórica no pensamento econômico de dois economistas prestigiados pela comunidade acadêmica: Keynes e North. Será apresentada a investigação de Vieira (2007) que através dos elementos retóricos da *Teoria Geral* de Keynes compreende como se deu o sucesso da teoria keynesiana em meio ao auditório dos economistas. Finalmente, no trabalho de Gala (2003), veremos como a retórica contribui para a compreensão da perspectiva teórica do economista Douglas North – economista pertencente a corrente intelectual chamada

Nova Economia Institucional – encontrando, no percurso, o que seria a sua posição metodológica.

3.1 – A História do Pensamento Econômico como um caso aplicado de retórica

Em *A história do pensamento econômico como teoria e retórica*, trabalho fundante das discussões metodológica sobre a retórica no Brasil, Pécio Arida propõe a retórica como método adequado para se compreender a história do pensamento econômico.

Uma vez observada a diversidade de natureza da história do pensamento econômico enquanto teoria e enquanto disciplina da história das ideias, Arida (1996: 34) põe em dúvida a relevância da história do pensamento econômico como história intelectual: “Teria a história do pensamento econômico, enquanto história intelectual, alguma contribuição a dar para o entendimento do próprio conhecimento científico da economia?” Para o autor, a história do pensamento econômico não contribui para a ciência atual gerando uma massa de conhecimento sobre o modo de funcionamento das economias existentes. Arida (idem: 35) argumenta que a verdadeira contribuição da história do pensamento econômico, enquanto disciplina intelectual, está no “estudo do passado como um caso aplicado de retórica na ciência”, e que essa importância é dada pelo “colapso da epistemologia falsificacionista”.

O autor é enfático ao dizer que nenhuma controvérsia importante na teoria econômica foi resolvida através de teste ou mensuração empírica, não importando o rigor da pesquisa. A questão é que os testes empíricos podem ser sofisticados *ad infinitum* sem, com isso, resolver as controvérsias. A afirmação não é uma desqualificação do exame empírico enquanto adensador de uma teoria, mas sua total ineficiência quando se trata de controvérsias que dizem respeito a matrizes de conhecimento distintas. Ou seja, é imperioso abandonar o posicionamento positivista de um sistema econômico dado a observação de forma a ser “árbitro supremo de todas as discordâncias” (ibidem: 36) e que os diferentes corpos teóricos “proviriam explicações desinteressadas” (ibidem), despidas de conteúdo ideológico.

As controvérsias resolvem-se retoricamente e a prática efetiva da ciência econômica sempre refletiu esse aspecto. Ganha quem torna suas ideias mais plausíveis e

consegue reunir consenso em torno de si, e essa, no que diz respeito à economia, é a prática desde Adam Smith (ibidem).

Dessa forma, Pérsio Arida introduz a relevância do estudo da história do pensamento econômico como prática retórica, pois é a retórica que provê o “substrato comum que permite a homogeneidade do discurso” (ibidem). A retórica tem limites estreitos, pois o êxito no convencimento se dá através da conformidade com as “regras da boa retórica” (ibidem).

O que une o saber econômico enquanto ciência é justamente o núcleo comum de práticas retóricas, que o autor chama de regras da retórica. “Quer dizer, haveria um núcleo comum de regras cuja rejeição seria consensual ou, equivalentemente, cuja rejeição excluiria o indivíduo do círculo dos praticantes da ciência” (ibidem: 37).

O autor se lança então na empreitada de levantar quais seriam essas regras a partir do estudo da história do pensamento econômico e chega à elaboração de oito regras – quais sejam: *simplicidade*, *coerência*, *abrangência*, *generalidade*, *redução de metáforas*, *formalização*, *reinventar a tradição* e *ignorar interesses práticos específicos* – admitindo, porém, que esse estudo não é conclusivo.

A adoção das regras não supõe a separação entre ciência e ideologia, mas constitui “um núcleo de regras retóricas comuns ao qual o argumento deve adequar-se se pretende legitimar sua pretensão à verdade” (ibidem: 44).

O distanciamento da teoria falsificacionista através da não conformação da ciência econômica com os preceitos inspirados nas ciências naturais, abre novos horizontes para a aplicação da história do pensamento econômico enquanto história intelectual. Ao invés de imaginar que “é pela mensuração quantitativa que a teoria econômica evolui” (ibidem: 45), ou mesmo tentar aplicar métodos de resolução de controvérsias “originados alhures, trata-se de explicar *como* tais controvérsias têm sido efetivamente resolvidas no passado” (ibidem, grifo no original).

Desta maneira, conclui Arida (ibidem, grifos no original) que enfoque proposto – isto é, o estudo da história do pensamento econômico como prática retórica – pode, nesse sentido, superar a contradição entre “uma história intelectual inútil do ponto de vista da teoria (ou seja, a perspectiva oferecida pelo modelo *hard science*) e uma história do pensamento empobrecida de sua verdadeira dimensão de história das ideias (ou seja, a perspectiva do modelo *soft science*)”.

3.2 – Prebisch e seu discurso retórico

Em *Prebisch, a CEPAL e seu discurso: um exercício de análise retórica*, Cleofas Salviano Jr. e Ana Maria Bianchi selecionam para seu exercício de análise retórica (à la Perelman e Olbrechts-Tyteca) o seguinte texto: *Estudio Económico de América Latina* de 1949, de autoria de Raúl Prebisch, documento de fundação da CEPAL. Com esse exercício, os autores buscam “demonstrar a fecundidade da análise retórica no campo da metodologia e da história do pensamento econômico” (1996: 164).

Iniciam delimitando o auditório para o qual Prebisch se dirige. Segundo os autores, o auditório para o qual se dirige o texto pode ser dividido em dois. “Uma parte dele, leiga em economia teórica, era integrada por membros de áreas técnicas e/ou executivas de governos latinoamericanos, preocupados com os rumos futuros de seus países” (idem: 165). Esta primeira parte já estava convencida de antemão da necessidade da industrialização, necessitava apenas de uma fundamentação teórica para as práticas políticas que pretendia adotar. Neste sentido, o trabalho de Prebisch já estava facilitado. Já a outra parte era composta por acadêmicos que compartilhavam das ideias liberais decorrentes de uma formação econômica neoclássica possivelmente. Esta parte do auditório constitui a prova de fogo de Prebisch. “Para cativá-lo, Prebisch adota uma linguagem cautelosa, que, sem desmerecer a teoria econômica 'clássica', aponta as dificuldades de transpor seus ensinamentos para as condições peculiares da América Latina em meados do século XX” (ibidem: 166).

Como Bianchi e Salviano Jr. (ibidem: 166-71) vão demonstrando através do trabalho do texto de Prebisch, podemos perceber que os objetivos do autor vão além da defesa do desenvolvimento para América Latina, pois ele defende a superação do subdesenvolvimento, porém não através de qualquer política, mas através da utilização de uma política específica, qual seja: a industrialização e a proteção alfandegária à indústria nascente tendo o Estado em papel de liderança. Para atingir tais objetivos frente a esse auditório misto composto por técnicos e executivos dos governos e por acadêmicos, Prebisch irá utilizar seu principal instrumento retórico, sua principal arma: a metáfora centro-periferia. Metáfora que tem a virtude “de deslocar a responsabilidade pelo subdesenvolvimento das condições internas dos países da América Latina [...] para

a iniquidade da divisão internacional do trabalho” (ibidem: 166-7). Além disso, o autor irá dispor de uma linguagem de convicção que utiliza diversos argumentos que se caracterizam pela neutralidade, objetividade e por um tom apartidário – aliás, como o próprio título desse quase-manifesto indica, trata-se de um estudo.

Por fim, somado ao já dito, temos o papel das estatísticas. Prebisch recheia o seu estudo de dados estatísticos, procedimento bastante incomum para o período, e através de uma criteriosa seleção desses dados organiza seu discurso argumentativo (ibidem: 171-5).

3.3 – As controvérsias no pensamento econômico através de uma perspectiva retórica

No texto, *As controvérsias na interpretação do II PND e do Plano Cruzado: uma abordagem retórica*, Fernández, Loyola Jr. e Cifuentes (1997: 34) buscam “efetuar uma análise retórica focalizando duas polêmicas em torno às interpretações de dois planos econômicos que marcaram profundamente a história brasileira”, isto é, buscam analisar os seguintes planos econômicos: o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o Plano Cruzado.

Para o presente objetivo, selecionam no total cinco textos. Três relativos às interpretações sobre o II PND e dois textos relacionados ao Plano Cruzado. Para o II PND, foram selecionados os seguintes textos: o livro *A economia brasileira em marcha forçada*, de Antônio Barros de Castro e de Francisco Pires de Souza, que “foi a primeira análise simpática a esse plano elaborada por um economista tradicionalmente vinculado à oposição ao regime militar” (idem: 36) e que se tornou referência indispensável para esse tema; *A dívida externa tem solução?* livro, de João Paulo dos Reis Velloso, que buscava defender que a melhor opção para o Brasil, após o primeiro choque do petróleo, “era fazer um ajustamento macroeconômico, evitando assim a recessão e, conseqüentemente, obtendo uma transformação estrutural da sua indústria” (ibidem: 37); além desses, o autor se utiliza do livro *Repensando a Dependência*, de Lídia Goldenstein, que pode ser considerado “uma análise especialmente crítica à visão de Castro feita por uma economista vinculada a instituições que se constituíram em centros intelectuais da oposição ao regime militar (o CEBRAP e o Instituto de Economia da UNICAMP)” (ibidem: 39).

Em relação ao Plano Cruzado, foram utilizados os seguintes textos: o artigo de Fernando Holanda Barbosa, Clóvis de Faro e Antonio Salazar Pessoa Brandão – economistas vinculados a FGV/RJ – intitulado *O reino mágico do choque heterodoxo* que busca convencer seu auditório de que o fracasso do Plano Cruzado se deveu a erro de concepção; e *Lições do Plano Cruzado e outros choques* texto de Francisco Lopes – que participou como assessor da Secretaria de Planejamento na elaboração do referido plano – e que busca persuadir seu auditório “que o fracasso do Plano Cruzado foi causado por problemas conjunturais e não por problemas de concepção” (ibidem: 44).

Os autores deixam explícitos, desde a introdução, que o texto tem um “caráter fortemente exploratório” e “procura principalmente apresentar alguns caminhos possíveis que podem ser seguidos por este tipo de análises, mas não espera (ainda) chegar em resultados conclusivos” (ibidem: 34). Enfim; querem propor, com esse trabalho, que “a discussão metodológica [...] deva se aproximar crescentemente da teoria econômica e da história desta” (ibidem: 47).

3.4 – O papel da retórica na Revolução Keynesiana

José Guilherme Silva Vieira, em *A retórica na economia: a teoria geral como um discurso persuasivo*, busca “investigar o papel da Retórica [...] para o sucesso daquela que a evidência aponta ser a maior Revolução Científica já experimentada na economia: a queda do assim chamado 'modelo Clássico' e sua substituição pelo paradigma keynesiano” (VIEIRA, 2007: 03).

Keynes buscando persuadir “o seletto público acadêmico, composto por economistas profissionais” (idem), seu auditório, da necessidade de substituir a teoria Clássica por outra capaz de explicar o que se passava no “mundo real” irá se utilizar de diversos recursos retóricos, “ora contando verdades parciais, ora eliminando o *corpus* da prova em contrário (apelando também para proposições *ad hoc*, estabelecendo convenções etc.)” (ibidem: 17).

Nesse sentido, dois aspectos são ressaltados por Vieira: a questão da reinvenção da tradição e da utilidade da “confusão”. Na primeiro caso, Keynes reescreve a tradição colocando todos os economistas anteriores a ele sobre o rótulo de economistas clássicos (tática também adotada por Alfred Marshal, que foi professor de Keynes) menosprezando diferenças nada desprezíveis entre os economistas que

seguiram Ricardo, os que realizaram a Revolução Marginalista e a escola austríaca. Em seguida, delimita o que seria as três hipóteses básicas para a “Teoria Clássica” - “a lei de oferta de trabalho, a lei de demanda de trabalho e a lei de Say” (ibidem: 8). Estabelecido tal terreno, parte em direção ao seu intento, qual seja, substituir a presente teoria por outra que Keynes apresentava como uma “Teoria Geral” em que a primeira seria apenas um caso particular. No segundo aspecto, Vieira nos lembra que devido à confusão presente na *Teoria Geral* “não se conseguiu observar, num primeiro momento, quão ousada era a sua visão [visão de Keynes] a respeito de outros assuntos polêmicos, marginalmente inseridos no seu discurso” (ibidem: 18). Nesse sentido, temos que ter em mente o auditório que Keynes buscava persuadir caracterizado pela aversão ao marxismo e a outros assuntos polêmicos como uma melhor distribuição de renda e a presença do Estado na economia. Por fim, o autor nos lembra que a *Teoria Geral* é composta por todas as partes de um *discurso persuasivo* apontados em *Arte Retórica* de Aristóteles:

Keynes confeccionou a T.G. principiando por um **Exórdio**, uma introdução do discurso que chamava a atenção para o que se pretendia dizer, induzindo o leitor a fazer concessões e conjecturas em favor de teses que pretendia introduzir e também a se afastar de outras. Apresentou “**Provas**” demonstrativas, utilizando-se de alguns elementos do passado para aconselhar sobre o futuro. Percebe-se também a **Peroração** que é a parte final do discurso, o epílogo. Nessa fase do discurso, o orador traz o ouvinte para o seu lado, amplia ou atenua o que foi dito. Posteriormente, mexe com as paixões do ouvinte para, depois, recapitular, retomar a idéia principal. (ibidem: 17, grifos do original)

3.5 – Contribuições da retórica no debate metodológico

Paulo Gala, em *A Retórica na Economia Institucional de Douglass North*, através da “análise retórica” do livro *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* de Douglas North de 1990, busca acrescentar elementos à discussão sobre o posicionamento metodológico do economista novo institucionalista.

O primeiro aspecto que Gala (2003: 127-9) ressalta é a adequação entre o discurso de North e o seu público – o seu auditório – que tenta persuadir. Assim, o economista novo institucionalista dirigindo em direção ao público neoclássico adota a estratégia de aumentar as semelhanças com a teoria neoclássica e reduzir as diferenças, isto é, realiza um movimento insistente de conciliação com a mencionada teoria. Como

afirma Gala (idem: 129) :

Cada movimento argumentativo tem o objetivo de preparar o terreno para a introdução das idéias. A preocupação em dialogar com sua audiência neoclássica é nítida. Percebemos tal atitude a partir do cuidado em identificar e interagir com as idéias e crenças supostamente presentes na cabeça de seu leitor implícito.

Gala (ibidem: 129-31) ainda ressalta outros elementos retóricos do discurso de North, quais sejam: a utilização de metáforas, a generalidade e a reinterpretação de ideias antigas em novos termos – especialmente a releitura das ideias dos velhos institucionalistas americanos pela *Nova Economia Institucional*. Elementos que se tornam importantes instrumentos “para a consolidação de suas ideias [ideias de North] e avanço do paradigma neoclássico” (ibidem: 131).

Enfim, chegando ao objetivo proposto – isto é, o posicionamento metodológico de North – o autor afirma que “ao se utilizar com grande eficácia da arte retórica [...] o autor logra êxito em ampliar as fronteiras do ferramental neoclássico” (ibidem: 132) e que, com isso, podemos caracterizar a obra de North como de uma “ortodoxia ampliada”. O economista novo institucionalista amplia o arcabouço neoclássico com alguns elementos heterodoxos necessários para viabilizar tal recurso.

CONCLUSÃO

No primeiro capítulo, vimos que o positivismo/modernismo está em decadência e, em razão disso, estamos em um período em que novas metodologias se apresentam¹³. Nessa conjuntura, a retórica seja a de Chaïm Perelman ou de McCloskey aparece como um projeto revolucionário em que sua característica mais positiva é o pluralismo metodológico, pois busca ampliar o espaço para as mais diferentes formas de discursos, seja para a ciência, seja para a economia mais especificamente. Porém, as coisas não são tão simples. O “projeto retórico” não tem o consenso dentro da comunidade acadêmica e científica, existem críticas e muitas ao respectivo projeto. Tais críticas foram o objeto do segundo capítulo no que se refere ao Brasil¹⁴.

Nesse segundo capítulo, apresentamos o debate ocorrido com a chegada do “projeto retórico” no Brasil. Vimos as críticas de Leda Paulani ao mencionado projeto e também a defesa por parte Rego, Fernández e outros mais. Além disso, alguns comentários sobre algumas das questões tratadas, ao longo desse capítulo, são necessários.

Como a própria Paulani afirmou várias vezes em seus diversos textos, seu objetivo em todos esses trabalhos foi discutir filosoficamente as ideias de McCloskey sobre retórica na economia, isto é, discutir o “projeto retórico” na economia. Desde o início, a autora se posicionou de forma crítica e contrária à defesa da perspectiva retórica e pragmática em economia, mas podemos perceber também que suas críticas vão tomando um novo sentido ao longo dos diferentes textos. Nesse sentido, a comparação entre o primeiro texto – Paulani (1996) – e o terceiro texto – Paulani (2006) – é bastante elucidativa. Se no primeiro texto, as *ideias sem lugar* (que dá título ao artigo) têm uma acepção literal, isto é, as ideias de McCloskey não têm nenhum lugar filosófico no qual possa se apoiar; no terceiro, retomando Roberto Schwarz, a autora busca atribuir a sua crítica um sentido materialista, mostrando que as ideias são produzidas pelo seu tempo histórico e por determinada formação social e, quando tais

13 Nesse sentido Meyer afirma “a retórica sempre ressurgue em períodos de crises” (Meyer In: PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005: XX). E Coelho acredita no fim do modelo cientificista do conhecimento (Coelho In: PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005: XVI).

14 O debate ocorrido além mar – com McCloskey, Klamer, Mäki e outros – repercutido pelo “projeto retórico” ficou de fora da presente monografia.

ideias são deslocadas de sua formação social originária para outras bastantes distintas (no caso, o Brasil), essas mesmas ideias mostram suas fragilidades e sua faceta ideológica.

Outra questão que perpassou todos os textos, ao longo do segundo capítulo, é sobre a filiação filosófica de McCloskey e da relação entre Habermas e Rorty (e, por sua vez, McCloskey). Paulani, apesar de afirmar em todas às oportunidades que as ideias de McCloskey continuam sem lugar devido, principalmente, pela pluralidade de sentido que o termo retórica assume em sua obra (PAULANI, 1999: 84-6), ela deixa implícito, concordando com seus críticos, que a localização que mais se aproxima das ideias de McCloskey é o neopragmatismo de Rorty. Porém, a relação entre Habermas e Rorty é um ponto de discórdia do início ao fim do debate; enquanto os defensores do “projeto retórico” buscam associar Habermas e Rorty ao mesmo projeto filosófico de forma implícita (nos textos mais atuais utilizando a chamada “virada linguística”), Paulani nega veementemente tal associação como mostramos. Para Paulani, os projetos filosóficos de Habermas e Rorty são antagônicos, apesar de ambos partirem do mesmo paradigma pragmático linguístico. Aliás, a autora considera que, talvez, se encontre aí a origem dessa associação realizada pelos defensores do “projeto retórico” na economia.

Além desses pontos, um importante terceiro ponto que perpassou todo debate também foi a questão da verdade e da validade dos discursos. Questão de impossível de conciliação entre os debatedores, pois partem de posições filosóficas distintas. Enquanto que Paulani, partindo de uma perspectiva marxista e materialista, defende que a verdade é o único critério de validade do discurso científico e que busca uma verdade objetiva, uma Verdade com “V” maiúscula que tenha a pretensão de ir além do contexto em que é enunciada; os defensores do “projeto retórico”, partindo de uma posição filosófica distinta, muitos ligados ao pragmatismo, defendem a busca de uma verdade relativa, uma verdade com “v” minúscula, verdade obtida por consenso através de um auditório.

Como vimos, ao longo do segundo capítulo, a questão da verdade dos enunciados científicos se coloca com toda a sua força e o debate apresenta controvérsias de difícil resolução. Porém, menos controversa é a questão da utilidade das chamadas “análises retóricas” – o objeto do terceiro capítulo. Como afirma Salviano Jr. e Bianchi (1996: 176) “se existe a retórica e se é bom que ela exista, é bom também que exista a análise retórica”, complementa afirmando que os economistas contam histórias

persuasivas no desejo de descobrir as leis que regem o mundo econômico e, com isso, os economistas precisam aprender a ler tais histórias criticamente (idem); assim, bem-vindo à “análise retórica”. Neste sentido Gala (ibidem: 126) afirma que “se admitirmos que toda teoria tem um momento retórico, já que deve ser necessariamente comunicada a um grupo de cientistas, análises com vistas a esse aspecto podem enriquecer o entendimento da dinâmica de idéias na história do pensamento econômico”.

Uma outra questão levantada por Fernández diz respeito aos atuais desafios do “projeto retórico”. O economista salienta que o principal desafio desse projeto seja desenvolver uma “ciência normal” nos termos de Kuhn. Segundo o autor “muitos trabalhos diferentes na área [...] não têm se constituído no que poderíamos enxergar como um paradigma, no sentido de um trabalho que possa ser considerado um modelo a ser imitado e replicado por outros” (FERNÁNDEZ; PESSALI, 2008: 17).

Por fim, concluo que, apesar dos desafios à frente, as chamadas “análises retóricas” têm trazido contribuições à história do pensamento econômico, à metodologia econômica e à interpretação das controvérsias, ou seja, uma compreensão dos discursos dos economistas que não pode ser ignorada.

BIBLIOGRAFIA:

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (1991). O Conceito de Esclarecimento. In: **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ANUATTI NETO, Francisco (1994). **Persuasão racional em keynes: uma aplicação de retórica em historia das idéias econômicas**. 1994. Dissertação (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ARAÚJO, Rejane de Fátima; BIANCHI, Ana Maria (2005a). Diferenças teóricas entre as retóricas de Perelman e McCloskey. In: V Congresso da Siame, São Paulo, 2005. **Anais...** São Paulo: SIAME, 2005.

Disponível em: http://www.fea.usp.br/feaecon/incs/download.php?i=74&file=../media/livros/file_74.doc.

Acesso em: 05/01/2012.

ARAÚJO, Rejane de Fátima; BIANCHI, Ana Maria (2005b). Diferencias teoricas entre la retorica de Perelman y McCloskey. **Energeia - International Journal of Philosophy and Methodology of Economics**, v. IV, p. 49-83, 2005.

ARIDA, Pérsio (1996). A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In: REGO, J. M. (org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

ARON, Raymond (1990). **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FERNANDES, Danilo Araújo; GALA, Paulo; REGO, José Marcio (2007). Respostas a uma crítica marxista às perspectivas retórica e pragmática em economia. **Revista de Economia Política**, v. 28, nº 1 (109), p. 155-165, jan./mar. 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a08v28n1.pdf>.

Acesso em: 04/01/2012.

FERNÁNDEZ, Ramón García (1996). A retórica e procura da verdade em economia. In: REGO, J. M. (org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____; LOYOLA JR., Pedro; CIFUENTES, Ricardo Andrés (1997). As

controvérsias na interpretação do II PND e do Plano Cruzado: uma abordagem retórica. In: II Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, 1997. **Anais...** São Paulo: SEP, 1997.

Disponível em: www.sep.org.br/artigo/2_congresso_old/iicongresso3.pdf.

Acesso em: 02/01/2012.

_____; PESSALI, Huáscar Fialho (2008). Retórica e Economia: um balanço após os primeiros vinte anos. In: XIII Encontro Nacional de Economia Política, 2008, João Pessoa. **Anais....** João Pessoa: SEP, 2008.

Disponível em:

http://www.sep.org.br/artigo/3_congresso/1244_a807e411366c4deadf83ca33d72173d4.pdf.

Acesso em: 02/01/2012.

GALA, Paulo (2003). A Retórica na Economia Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n.º 2 (90), p. 123-134, abr./jun. 2003.

Disponível em: www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/300.pdf.

Acesso em: 02/01/2012.

MARCONDES, Danilo (2001). **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

McCLOSKEY, D. N (1996). A Retórica da Economia. In: REGO, J. M. (org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

MEYER, M (2009). Chaïm Perelman In: HUSMAN, Denis (org.). **Dictionnaire des Philosophes**. Paris: PUF, 2009.

PAULANI, Leda Maria (1996). Idéias sem lugar. In: REGO, J. M. (org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____(1999). Modernidade e discurso econômico: ainda sobre McCloskey. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 4 (76), p. 78-95, out./dez. 1999.

Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/76-5.pdf>. Acesso em: 04/01/2012.

_____(2006). Economia e Retórica: o capítulo brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1 (101), p. 03-22, jan./mar. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n1/a01v26n1.pdf>.

Acesso em: 04/01/2012.

_____(2007). A aventura da crítica. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1

(109), p. 166-177, jan./mar. 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a09v28n1.pdf>.

Acesso em: 04/01/2012.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie (2005). **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRADO JR., Bento; CASS, Mark Julian R. (1996). Idéias sem lugar. In: REGO, J. M. (org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

REGO, José Marcio (1996). Retórica na economia - idéias no lugar. In: REGO, J. M. (org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SALVIANO JR., Cleofas; BIANCHI, Ana Maria (1996). Prebisch, a CEPAL e seu discurso: um exercício de análise retórica. In: REGO, J. M. (org.). **Retórica na Economia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

VIEIRA, José Guilherme Silva (2007). A retórica na economia: a teoria geral como um discurso persuasivo. In: XXXV Encontro Nacional de Economia, Recife, 2007. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007.

Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A044.pdf>.

Acesso em: 02/01/2012.